

Cleidiene Novais Ferreira dos Santos

**O conector *daí* na língua escrita:
uma abordagem modular**

**Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2010**

Cleidiene Novais Ferreira dos Santos

**O conector *daí* na língua escrita:
uma abordagem modular**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE em Linguística do Texto e do Discurso.

Área de Concentração: Linguística do Texto e do Discurso

Linha de Pesquisa: Textualidade e Textualização em Língua Portuguesa

Orientadora: Profa. Dra. Janice Helena Silva de Resende Chaves Marinho

**Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2010**

Dissertação intitulada *O conector daí na língua escrita: uma abordagem modular* defendida por CLEIDIENE NOVAIS FERREIRA DOS SANTOS em 30/08/2010 e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelas Professoras relacionadas a seguir:

Dra. Janice Helena Silva de Resende Chaves Marinho – UFMG
Orientadora

Dra. Mônica dos Santos de Souza Melo – UFV

Dra. Helcira Maria Rodrigues de Lima - UFMG

Agradecimentos

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho. Em especial,

a meus pais, pelo carinho, pela confiança e pelo incentivo permanentes;

a Adriano, pelo amor, pela amizade, pela paciência e pela presença em todos os momentos;

à Profa. Dra. Janice Marinho, pela orientação cuidadosa e pelo interesse dedicado na realização deste trabalho;

a Cristiane e a Fabiana, pela amizade sincera, verdadeira e eterna;

a Cláudia e a Kamilla, pela acolhida sempre carinhosa em momentos de necessidade;

a Mônica Melo, pelo incentivo no momento da minha preparação para o curso de Mestrado e pela gentileza em participar do seu encerramento.

SUMÁRIO

Lista de figuras.....	6
Lista de quadros.....	6
Resumo.....	7
Abstract.....	8
Apresentação	9
Introdução.....	11
1. Colocação do problema.....	11
2. O Modelo de Análise Modular do Discurso.....	13
3. O gênero artigo de opinião: constituição do <i>corpus</i>	19
Capítulo 1: As dimensões textual e linguística.....	23
1.1. O módulo hierárquico.....	24
1.2. Os módulos lexical e sintático.....	29
1.2.1. As propriedades do <i>daí</i>	30
1.2.1.1. <i>Portanto X Daí</i>	39
1.2.1.2. <i>Du coup / Daí</i>	51
1.2.1.3. Determinação das instruções do conector <i>daí</i>	59
Capítulo 2: A forma de organização relacional.....	60
2.1. A determinação das relações de discurso.....	61
2.2. O cálculo inferencial.....	65
2.3. Análise do <i>corpus</i> do ponto de vista da organização relacional.....	67
2.3.1. O <i>daí</i> empregado como marcador da relação de argumento.....	69
2.3.2. Conclusão do ponto de vista da organização relacional	78
Considerações finais.....	81
Bibliografia.....	84
Anexos.....	87
Anexo A: <i>corpus</i> segmentado em atos.....	87
Anexo B: estruturas hierárquico-relacionais	92

Lista de figuras

Figura 1: estrutura hierárquica do texto 6.....	27
Figura 2: texto 6.....	63-76
Figura 3: texto 1.....	69
Figura 4: texto 2.....	70
Figura 5: texto 3.....	72
Figura 6: texto 4.....	73
Figura 7: texto 5.....	75

Lista de quadros

Quadro1: Versão atual do Modelo de Análise Modular	16
Quadro 2: Os valores dos conectores <i>daí</i> e <i>portanto</i>	48
Quadro 3: Propriedades sintáticas das construções conclusivas dos conectores <i>daí</i> e <i>portanto</i>	50
Quadro 4: Atualização X Estado X Ato ilocutório.....	52
Quadro 5: Estado X Estabilidade X Ato ilocutório.....	52
Quadro 6: Relação entre as propriedades das configurações ilocutórias e causais e os conectores quase-sinônimos.....	54
Quadro 7: Condições impostas por <i>donc</i> , <i>du coup</i> e <i>daí</i>	57

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo o estudo do papel discursivo do conector **daí**. A hipótese considerada neste estudo é a possibilidade de esse item atuar como um conector que relaciona constituintes textuais e informações em memória discursiva na conexão e na organização do discurso. Focalizando seu uso em artigos de opinião, investigamos o modo dessa atuação no discurso à luz do Modelo de Análise Modular. Para descrever e investigar o funcionamento discursivo desse item, abordamos os módulos hierárquico, lexical e sintático e a forma de organização relacional. Acreditamos que, com esse percurso de análise, criam-se as condições para a descrição e a compreensão do funcionamento do item **daí** como conector no discurso.

Abstract

This research aims the discursive role study of the connector ***daí***. The hypothesis considered in this study is the possibility of this item performs as a connector that relates textual constituents and discursive memory information in the speech connection and organization. Focusing on its use in opinion articles, the way it performs under the Modular Analysis Model was investigated. To describe and investigate the discursive functioning of this item, the hierarchical, lexical and syntactic modules and the form of relational organization were approached. We believe that, throughout this analysis, conditions to describe and understand the perform of the item ***daí*** as a speech connector are created.

.

Apresentação

Esta pesquisa tem por objetivo o estudo do papel discursivo do conector **daí**. Tomamos como hipótese a ser considerada neste estudo a possibilidade de esse item atuar na conexão e na articulação do discurso como um conector que relaciona constituintes textuais. Investigamos o modo como ele atua no discurso focalizando o gênero artigo de opinião e realizamos a análise das relações discursivas indicadas ou explicitadas pelo **daí** na conexão dos constituintes do texto e informações estocadas em memória discursiva adotando o Modelo de Análise Modular como referencial teórico.

Iniciamos este trabalho colocando o problema que propomos investigar. O item **daí** está frequentemente relacionado à linguagem oral informal ao atuar como marcador conversacional, e pode ser usado para se fazer referência a um lugar ou uma informação passíveis de serem reconhecidos na interação. No entanto, ele tem sido usado com uma função argumentativa, embora mantenha a função anafórica, em textos orais e escritos. O descaso a esse item e, principalmente, à sua função argumentativa pelas gramáticas tradicionais nos faz ter a impressão que esse uso é inadequado, uma vez que o item não está relacionado a contextos em que há a referência a um tempo ou a um lugar a serem recuperados no próprio discurso ou na situação de interação. Mas acreditamos que o item **daí** tenha adquirido a propriedade argumentativa de indicar uma relação entre constituintes textuais e informações em memória discursiva, em textos escritos.

No item 2. da Introdução, apresentamos o Modelo de Análise Modular do discurso, o qual consiste num instrumento de análise que concebe o discurso em sua globalidade e complexidade. Neste modelo, o discurso é considerado como um processo de negociação entre os interactantes, no qual há a combinação de informações de diferentes dimensões discursivas em uma perspectiva cognitivo-interacionista. Ele considera as regras de construção das expressões linguísticas nos textos, relacionadas à Sintaxe, as de representação da realidade, relacionadas à Semântica, e também as regras que são próprias à produção das conversações ou negociações intersubjetivas, relacionadas à Pragmática.

No item 3 da Introdução, tratamos do gênero artigo de opinião, o qual concebemos como forma social de discurso inserido num processo de interação. Os textos que examinamos nesta pesquisa podem ser interpretados como representando a fase de reação do processo de negociação. Cada um dos artigos de opinião pode ser visto como uma reação ou

resposta a uma proposição. Ou seja, um acontecimento social desencadeia uma necessidade de uma discussão, de expressão de uma opinião ou mesmo do oferecimento de informação.

Para descrever e investigar o funcionamento discursivo do item **daí** à luz do Modelo de Análise Modular, abordamos os módulos hierárquico, lexical e sintático e a forma de organização relacional. No capítulo 1, tratamos das dimensões textual e linguística, apresentando os módulos supracitados como descreve o MAM. Estes módulos se referem às informações relativas aos constituintes textuais e aos conectores, e também à proposição da estruturação hierárquica referente a um texto. Ainda neste capítulo, analisamos as propriedades relativas ao item **daí** para depois determinarmos as suas instruções relativas ao seu uso como conector. Buscamos assim relacioná-lo ao conector *portanto* e ao conector francês *du coup* para que suas propriedades relacionais sejam verificadas.

No capítulo 2, tratamos da forma de organização relacional, descrevendo como se processam a determinação das relações interativas e o cálculo inferencial. Propomos configurações hierárquico-relacionais para os textos que compõem o nosso *corpus*, especialmente para os trechos nos quais ocorre o **daí**. Através dessas configurações, interpretamos o processo de negociação presente nesses textos e as relações interativas que ligam seus constituintes. A partir das configurações hierárquico-relacionais, analisamos o papel do conector **daí** nessas relações e realizamos o cálculo inferencial para chegarmos à interpretação do funcionamento desse item no discurso. Após essa análise, apresentamos nossas conclusões a respeito do funcionamento discursivo do conector **daí** em artigos de opinião.

Por fim, expomos nossas considerações finais a respeito da análise do funcionamento discursivo do **daí** numa abordagem discursiva modular.

Introdução

1- Colocação do problema

Os artigos de opinião são textos que apresentam, como o próprio nome indica, a opinião de seu autor. Dessa forma, eles apresentam o pensamento e, muitas vezes, o julgamento de quem tem credibilidade para manifestar uma ideia. O articulista tem, com isso, uma “responsabilidade discursiva”, pois a sua opinião expressa num artigo pode ser aceita pelo leitor e se tornar uma referência para ele em determinado assunto.

Assim sendo, em textos do gênero artigo de opinião, essencialmente argumentativos, notamos que, frequentemente, operadores discursivos são usados. E observamos que o item **daí**, praticamente desconsiderado pela gramática tradicional, parece estar sendo utilizado como um articulador discursivo na modalidade escrita da língua, como verificamos em alguns textos deste gênero. Por ser um gênero no qual esperamos uma adequação da linguagem à norma padrão, o uso de um item numa função ainda desconsiderada pela gramática tradicional em artigos de opinião despertou nossa atenção e a nossa vontade de investigar as suas características discursivas.

Entendemos que o uso do item **daí** como conector em contextos argumentativos indicaria uma relação entre partes do texto e não exploraria simplesmente o sentido de advérbio de lugar e de tempo do item **daí**. Analisamos, a princípio, a que tipo de relação textual ele poderia estar relacionado e interpretamos que poderia tratar-se de um uso conclusivo. Substituindo o item **daí** pelo operador *portanto*, vimos que essa relação podia se confirmar em alguns casos, como no trecho do texto 4 apresentado a seguir e que compõe o nosso *corpus*¹:

(04) Já foi dito e reedito que sim, o poder corrompe (05) e, em seu grau absoluto, corrompe absolutamente. (06) *Daí/Portanto* não se deve nem se pode concluir que o ocupante eventual do poder seja, em si, um corrupto.

O uso do **daí** está relacionado frequentemente a uma referência espacial e até mesmo temporal. Construções do tipo “Saia *daí*” ou “Vi sua irmã de manhã. *A partir daí* ela sumiu.” são possíveis em nossa língua e até muito comuns, principalmente se considerarmos a linguagem oral. Neves (1993), em um artigo sobre advérbios circunstanciais de lugar e de

¹ Visando à exemplificação de possíveis usos do item **daí** em artigos de opinião, recorremos, por diversas vezes ao longo dessa pesquisa, a diversos textos desse gênero, os quais ora constituem, ora não constituem o *corpus* da presente pesquisa. A nossa intenção, com isso, não é analisar tais ocorrências, mas somente demonstrá-las.

tempo, apresenta o **daí** como um advérbio de lugar que pode, ainda, ser usado para se referir a um tempo determinado no discurso ou na situação interativa. Mas Oliveira (2010) cita que os pronomes locativos podem assumir o papel de conectores, ou seja, de elementos que atuam na conexão textual-discursiva, e com isso passam da referência dêitica para a fórica e desta à articulação lógico-textual. Também Tavares (2003), em sua tese de Doutorado, cita que o item **daí** atua de diversas formas, como na sequenciação temporal, na sequenciação textual e na articulação discursiva². Dessa forma, acreditamos que a ocorrência desse item em artigos de opinião como conector discursivo sugere uma mudança de sentido e de propriedade funcional do **daí** adverbial, sendo pertinente considerar que o seu uso como conector ultrapassa o seu sentido adverbial quando ele realiza uma conexão entre constituintes textuais.

Assim, propomos a hipótese de que o **daí** possa atuar como conector em contextos argumentativos (artigos de opinião)³. Com a investigação de uma possível semelhança semântica entre o **daí** e o conector *portanto*, pretendemos fazer com que sobressaiam as instruções relacionadas ao **daí**.

A análise do funcionamento discursivo do item **daí** através dos postulados do Modelo de Análise Modular permite que entendamos o percurso interpretativo que o leitor faz para compreender a ideia lançada pelo autor. Assim, se essa ideia for de conclusão, por exemplo, entendemos que este item esteja atuando na língua escrita de maneira diversa da função adverbial dêitica ou anafórica.

O uso do item **daí** em artigos de opinião como articulador discursivo, o qual ainda não é descrito por gramáticas tradicionais, parece conferir a esses textos uma linguagem mais dinâmica, simplificada e de fácil entendimento. Isso porque o **daí** é utilizado na linguagem oral, como mostrou Tavares (2003), e pode conferir à linguagem do texto escrito uma proximidade com a fala cotidiana, menos requintada ou complexa.

Assim se explica o nosso interesse em investigar o item **daí** na função de articulador discursivo na língua escrita. Imaginamos que o seu uso argumentativo num texto em que se espera uma adequação à norma, como é o caso do artigo de opinião, não seja inadequado, mas sim que seja uma forma de favorecer a leitura e o entendimento do texto.

² A autora estuda o item **daí** na modalidade oral da língua falada em Florianópolis.

³ Esclarecemos que não abordaremos, neste estudo, o uso do **daí** combinado a outras palavras, como *daí que*, *daí porque*, e *daí, vai daí*, dentre outros. Acreditamos que esses usos possam não ter relação direta com a articulação discursiva, mas sim com a marcação conversacional ou com a referência anafórica, por exemplo.

2- O Modelo de Análise Modular do Discurso

O gênero a ser investigado neste trabalho, como dissemos no item anterior, é o artigo de opinião. Podemos concebê-lo como um gênero que, inserido num contexto, reflete a expressão de uma opinião sobre um assunto determinado. No processo de construção ou de recepção de textos desse gênero, a interpretação das relações textuais constitui apenas uma das etapas, pois entendemos que o artigo de opinião é um gênero complexo, no qual informações de ordem linguística, textual e situacional se combinam. Assim, um modelo de análise a se tomar como referência para o estudo da função do item *daí* neste gênero deve fornecer ferramentas necessárias para a descrição e para a interpretação dessas informações de forma combinada.

O Modelo de Análise Modular (MAM) desenvolvido por Roulet pretende ser um instrumento de análise da globalidade e da complexidade constitutivas dos discursos autênticos. O autor desenvolve, neste modelo, uma concepção de discurso como a combinação de informações de diferentes dimensões discursivas em uma perspectiva cognitivo-interacionista, o que o torna próprio para a análise de artigos de opinião proposta nesta pesquisa. Essa compreensão do discurso ultrapassa as concepções desenvolvidas até então, as quais se limitavam ao estudo de exemplos fabricados ou de atos isolados e se voltavam apenas para um dos três níveis de informações citados acima (MARINHO, 2002).

O MAM é uma teoria de análise do discurso, apresentado por Marinho (2004, p.75) como um “interessante e eficaz instrumento para uma abordagem interacionista da complexidade discursiva, por permitir a composição de um quadro descritivo e também explicativo acerca dos diferentes aspectos da constituição do discurso”. Esse modelo concilia várias correntes teóricas de horizontes diferentes, tais como: a perspectiva interacionista e dialógica, de Bakhtin; a sociológica, de Goffman, Sacks e Schegloff; a teoria tagmêmica, de Pike; a filosofia da linguagem, de Austin, Searle e Grice; a sociolinguística, de Sinclair e Coulthard, Labov, entre outros; e a semântica linguística, a teoria da argumentação de Anscombe e Ducrot (SOARES, 2007).

O ponto de partida do MAM foi um texto de Bally que, em 1913, aponta para a possibilidade de serem observadas as regularidades na maneira como utilizamos a língua na enunciação. Para descrever tais regularidades, Bally propôs “desenvolver, entre as linguísticas

da língua e da fala distinguidas por Saussure, uma lingüística da enunciação (ou estilística), que abre o caminho para uma análise do discurso” (ROULET, 2001, p.12)⁴.

Outro teórico que influenciou o modelo é Bakhtin, cuja abordagem interacionista do discurso concebe a língua como um ato social. Marinho (2002) observa que é a partir das reflexões do teórico russo que se chega à concepção de língua como atividade composta de três dimensões: discursiva, semântica e sintática. Conforme a autora, se a linguagem for entendida como um sistema aberto em que os recursos expressivos utilizados têm uma concretude significativa que se dá na singularidade dos acontecimentos interativos, faz-se constantemente, em cada processo, uma reflexão sobre os próprios recursos utilizados⁵. Marinho completa:

A observação e a interpretação dos fenômenos lingüísticos deve, então, levar em consideração, além das expressões e do modo como são produzidas, os diversos fatores culturais e contextuais (as relações entre os interlocutores, as imagens que fazem uns dos outros, o contexto histórico-cultural, a situação de comunicação) que contribuem para a sua significação (MARINHO, 2002, p.35).

Para o modelo, é importante considerar as regras de construção das expressões lingüísticas nos textos, relacionadas à Sintaxe, as de representação da realidade, relacionadas à Semântica, e também as regras que são próprias à produção das conversações ou negociações intersubjetivas, relacionadas à Pragmática (MARINHO, 2002). Estes três campos – Sintaxe, Semântica, e Pragmática –, estudados de forma combinada, é que permitem a análise da globalidade e da complexidade discursiva.

Como dito anteriormente, os discursos autênticos devem ser estudados em sua globalidade e complexidade. Por isso, adotamos o MAM na investigação do uso do item *daí* em textos do gênero artigo de opinião, visto que este modelo se propõe a fornecer um quadro de reflexão e de instrumentos heurísticos próprios para favorecer a descrição da organização de textos complexos como estes. Marinho cita que

Tomando como objeto de estudo o discurso como interação verbal situada em suas dimensões lingüísticas, textuais e situacionais, o modelo permite que se estudem todos os aspectos ligados à interação verbal. Roulet adota a hipótese de que um objeto que possui uma organização bastante complexa pode (e deve) ser decomposto num certo número de sistemas de informações simples e autônomos, que podem, por sua vez, ser descritos num primeiro momento de maneira independente, sem referência a outros sistemas de informações. Ou seja, o autor baseia-se na hipótese

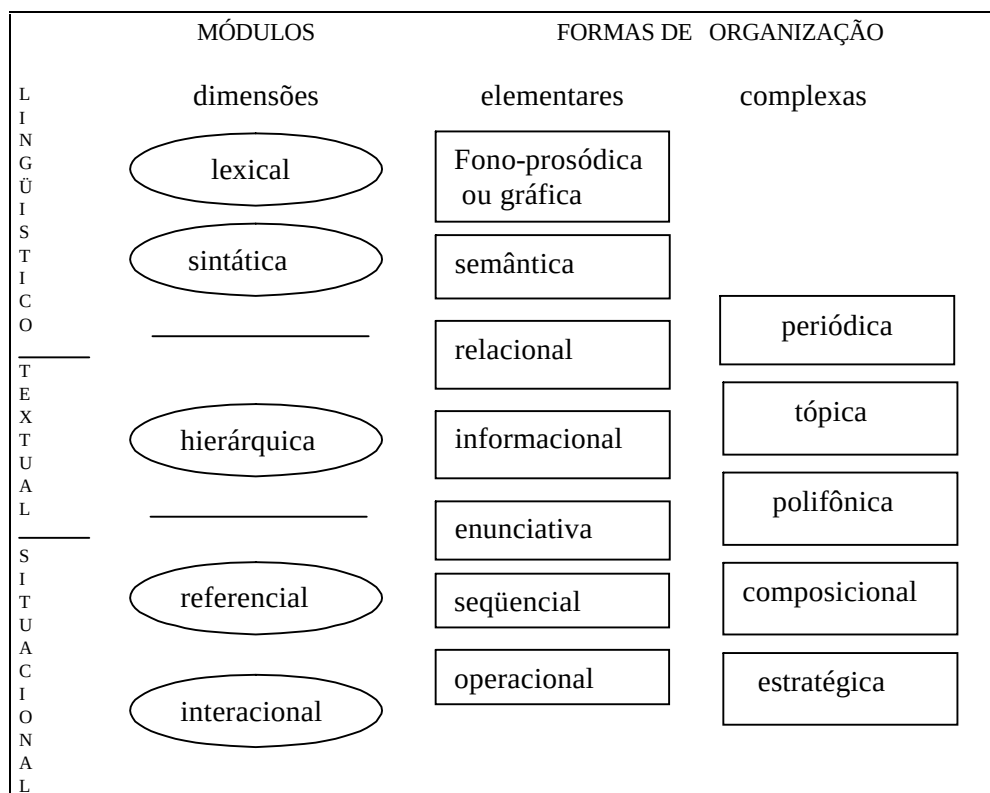
⁴ Traduzimos todas as citações de Roulet (2001, 2001a, 2001b e 2001c).

⁵ A autora cita Geraldí,(1993).

de que um objeto complexo como o discurso pode ser analisado adotando-se uma abordagem que permite o tratamento, por exemplo, das estruturas sintática, referencial e hierárquica de um diálogo independentemente umas das outras para, depois, num outro momento, proceder-se à combinação das informações resultantes das análises de cada uma das estruturas (MARINHO, 2002, p.37).

De acordo com Marinho (2002), numa análise discursiva em que se adote o MAM, primeiramente, são identificados os sistemas de informações elementares (subsistemas) ou módulos independentes que entram na composição dos discursos. Esses módulos são distribuídos em subconjuntos nas três seguintes dimensões: a dimensão linguística comporta o módulo sintático e o lexical, a dimensão textual comporta o módulo hierárquico e a dimensão situacional, o módulo referencial e o interacional. Posteriormente, mostra-se que essas informações se combinam e se inter-relacionam na produção e na interpretação dos discursos.

As informações extraídas dos módulos podem ser combinadas com as extraídas das 7 formas de organização elementares (fono-prosódica ou gráfica, semântica, relacional, informacional, enunciativa, sequencial, e operacional) para se chegar à descrição das 5 formas de organização complexas (periódica, tópica, polifônica, composicional e estratégica). Reproduzimos a versão atual do Modelo de Análise Modular proposto por Roulet (2001a, p.51):



Quadro1: Versão atual do Modelo de Análise Modular

Para investigar o funcionamento discursivo do item ***daí*** a partir de seu uso em artigos de opinião à luz do MAM, inicialmente interpretamos esses textos do ponto de vista da sua estruturação hierárquica para, a partir dela, buscarmos entender como a sua organização relacional se constrói. Dessa forma, enfocamos nessa etapa o módulo hierárquico (dimensão textual), pois é neste módulo que distinguimos as informações referentes aos constituintes textuais⁶ e que, a partir delas, propomos a estrutura hierárquica dos textos relativos ao nosso *corpus*.

Ainda nessa primeira etapa, enfocamos os módulos lexical e sintático (dimensão linguística), pois eles auxiliam na determinação dos constituintes textuais e das propriedades dos conectores. Por oferecerem indicações sobre as instruções relacionadas aos conectores, esses dois módulos são relevantes no processo em que se determina o papel do conector ***daí*** na organização relacional dos textos. Assim, com o propósito de compreendermos o uso do item ***daí*** como conector, buscamos obter, a partir desses dois módulos, informações linguísticas - sintáticas e lexicais - que auxiliem no entendimento das variações de seu uso e de sua determinação gramatical.

⁶ Trataremos dos constituintes textuais ou discursivos no capítulo sobre o módulo hierárquico.

Propomos ainda um estudo comparativo entre o item *daí* e o conector *portanto*, uma vez que foi proposta, no item 1 da Introdução, a hipótese de que esse item possa atuar como um conector, e entendemos que ele pode aceitar, em alguns casos, uma substituição pelo *portanto*. Para tanto, buscamos, em Lopes et al. (2001), informações relativas ao conector conclusivo *portanto* para analisarmos se a aproximação semântica entre ele e o item *daí* é pertinente. Estabelecemos também uma comparação do item *daí*, por nós pesquisado, com o conector francês *du coup*, analisado por Rossari (2000a) como um quase-sinônimo de *donc* (*portanto* em francês). A aproximação entre o *du coup* e o *daí* pode ser justificada pelo fato de que o conector *daí* parece apresentar semelhanças semânticas com o conector *portanto* e o conector *du coup*, segundo Rossari (2000a), pode ser aproximado ao conector que equivale a *portanto* em francês. Outra justificativa está no fato de o conector *du coup* ser comumente utilizado na linguagem oral e em contextos informais e, para Tavares (2003), o item *daí* atua como um conector na linguagem oral de Florianópolis.

Objetivamos, com essas duas comparações, verificar possíveis relações indicadas pelo item *daí* em seu uso como conector na modalidade escrita da língua portuguesa e, ainda, verificar se ele indica o mesmo tipo de relação que o conector francês *du coup* e da mesma forma.

Finalmente, abordamos a organização relacional dos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa, especialmente dos trechos em que o *daí* é usado. A análise referente à forma de organização relacional (FOR) resulta da combinação de informações de natureza lexical, hierárquica e referencial. O seu estudo possibilita, num primeiro momento, a identificação das relações textuais genéricas ilocucionárias e/ou interativas que podem existir entre os constituintes dos textos e as informações estocadas na memória discursiva⁷ dos interlocutores e, num segundo momento, a descrição das relações discursivas específicas que também podem existir entre eles. Esse segundo momento do estudo da organização relacional dos textos será de suma importância para entendermos, a partir da investigação das instruções procedimentais que o conector *daí* pode oferecer e que orientam a interpretação das relações textuais, como ele atua na organização discursiva textual.

Esse é o percurso de análise que propusemos para compreender o funcionamento do conector *daí* nos textos que compõem nosso *corpus*. A partir daí, acreditamos que se criam as condições para a descrição e a análise do modo como este conector indica, sinaliza ou

⁷ Berrendonner (1983, p.230) define memória discursiva como “conjunto de saberes conscientemente partilhados pelos interlocutores”, e Roulet (2001, p.24) acrescenta que a informação nela presente “pode ter sua fonte nos conhecimentos enciclopédicos dos interlocutores, no ambiente cognitivo imediato, no texto anterior, ou nas inferências retiradas de um ou de outro”.

explicita as relações textuais genéricas que podem existir entre constituintes do texto e informações em memória discursiva.

3- O gênero artigo de opinião: constituição do *corpus*

A presente pesquisa tem como objeto de estudo o item **daí** em sua atuação como conector em artigos de opinião, que são textos escritos na linguagem padrão da língua portuguesa.

Pesquisando o uso desse item em textos de publicação em nível nacional, observamos reportagens, notícias e artigos de opinião, dentre outros. Encontramos uma grande utilização do **daí** em reportagens e notícias, mas percebemos que os trechos em que ele era usado nesses textos se tratavam, na maioria dos casos, de discursos relatados, ou seja, da reprodução da fala de alguma pessoa. Como o nosso interesse está situado na abordagem de ocorrências do item na linguagem escrita, a consideração de tais ocorrências não se justificava. Passamos nosso foco para os artigos de opinião, e encontramos muitas ocorrências de seu uso. Percebendo que, nos artigos de opinião, o **daí** era tratado de uma forma que parecia, num primeiro momento, remeter ao seu uso como articulador discursivo, orientamos nosso estudo para as suas ocorrências nos textos desse gênero.

Com isso, escolhemos artigos de opinião do jornal *Folha de São Paulo* porque a sua circulação é nacional, o que nos faz entender que o uso do **daí** como conector poderia ser compreendido nacionalmente e talvez não se tratasse simplesmente de uma gíria ou de um regionalismo. Uma vez que o item **daí** nem é tratado em quase a totalidade de nossas gramáticas normativas, julgamos procedente a proposta de seu estudo. Assim, formou-se um contexto interessante para a investigação desse item, visto que há uma utilização específica de uma palavra não descrita ainda pela gramática tradicional em textos em que se espera a adequação da linguagem à norma padrão.

Para essa investigação, foram escolhidos seis textos dentre mais de cinquenta que pareciam apresentar, numa primeira leitura, um uso do **daí** que não era compatível com a função adverbial locativa ou temporal⁸. Esse recorte com um número reduzido de textos se explica pelo fato de que, em muitos deles, a presença do **daí** parecia poder ser explicada de forma semelhante, visto que entendemos, a princípio, que poderia haver a indicação de uma mesma relação por parte do conector em vários textos. Com isso, um número excessivo de textos nos quais poderíamos interpretar de maneira semelhante a atuação do **daí** como

⁸ Neves (1993) considera o **daí** como um advérbio de lugar que, às vezes, pode ser usado referindo-se a um tempo cujas coordenadas estão estabelecidas no enunciado.

conector poderia fazer da análise deles um trabalho exaustivo e inútil por não trazer novidades, o que a amostragem que delimitamos evita.

Partindo do que apontou Rodrigues (2005) sobre o gênero artigo de opinião, procuramos primeiramente entender o modo de constituição e funcionamento deste tipo de comunicação jornalística no conjunto da vida social e a relação entre gênero e mídia, numa análise da dimensão social do artigo de opinião e depois discorrer sobre os dados presentes na dimensão verbal dos textos.

Com relação aos aspectos da dimensão social do gênero artigo de opinião, Rodrigues (2005, p. 170) aponta que há semelhanças entre este e outros gêneros jornalísticos, como a interação autor/leitor, que não acontece no mesmo espaço e tempo físicos, nem ocorre “de pessoa a pessoa”, mas é mediada ideologicamente pela esfera do jornalismo, além de terem uma periodicidade determinada, que pode ser diária, semanal, etc. e uma “validade” prevista, a qual pode variar entre um período de vinte e quatro horas, no caso dos jornais diários, ou uma semana, no caso das revistas, etc.

Segundo Rodrigues (2005, p. 170-171), a esfera jornalística atua como um mediador entre o processo da produção e o da interpretação, uma vez que ela “regulamenta” as diferentes interações, “filtra”, “interpreta” (impõe um acento de valor) e põe em evidência os fatos, opiniões, etc. que constituirão o universo temático-discursivo da instância jornalística. A autora cita que o trabalho de segmentação desse universo já é um ato temático, estilístico e composicional, pois “seleciona” e “rotula” o que fará parte de cada caderno, além de ser um índice de produção e de interpretação indispensável dos enunciados individuais e dos gêneros.

No que se refere ao “lugar” de publicação, encontram-se artigos distribuídos em diversos cadernos do jornal, dependendo de sua área ou assunto. Por exemplo, artigos publicados no caderno denominado “cultura”, de um determinado jornal, têm uma relação direta com essa área. Mas o lugar de concentração dos artigos de opinião é a seção Opinião, situada, no caso do jornal *Folha de São Paulo*, no início do primeiro caderno e que engloba “Tendências e debates”. Os artigos de opinião desse jornal são publicados diariamente no site “www1.folha.uol.com.br/fsp”, do qual retiramos os textos que compõem nosso *corpus*.

Quanto à definição do espaço ocupado pelo artigo de opinião num jornal, numa revista ou em outra publicação qualquer, Rodrigues (2005, p.171) aponta que a seção em que esse gênero reside é “o lugar da sua ancoragem ideológica”, na qual ele divide espaço com outros gêneros, mas tem, como outros gêneros, seu horizonte temático e axiológico orientado para uma manifestação de valor a respeito de fatos sociais que são notícia jornalística. Dessa

forma, o artigo de opinião se situa entre os gêneros em que os participantes da interação reconhecem e assumem o trabalho de avaliação do autor.

Relacionando-se à autoria do gênero, Rodrigues (2005) refere-se a uma “postura de autor” com sua responsabilidade discursiva. Assim sendo, o autor, sendo um colaborador do jornal fixo ou eventual, é convidado a expor sua apreciação acerca de determinado assunto que seja atual e de sua área de competência. O lugar social representado pelos articulistas está relacionado, principalmente, à esfera política, industrial, comercial, etc. Com isso, os articulistas gozam de um “prestígio social e midiológico”, e sua imagem é construída a partir de sua posição social ou profissional de destaque. O articulista, gozando dessa notoriedade, tem sua credibilidade reforçada, o que auxilia no reconhecimento do seu ponto de vista por parte do leitor e o transforma em um formador de opinião. Sua imagem é a da competência social e discursiva, o que garante a credibilidade de seu discurso e, por ser reconhecido profissionalmente e ter o direito à palavra, se coloca em uma relação de superioridade com seu leitor. Desse modo, o articulista pode utilizar a sua imagem como um argumento de autoridade, em que “ancora o seu ponto de vista à sua própria autoridade, legitimada por sua competência, por seu saber enciclopédico, por sua circulação social” (Rodrigues, 2005, p. 172).

O interlocutor do gênero artigo de opinião pertence, geralmente, às classes sociais mais privilegiadas, e os jornais destinados exclusivamente aos leitores das classes populares não publicam artigos de opinião. Isso, segundo Rodrigues (2005), acontece porque existem diferentes condições sociais de investimento dos gêneros, o que demonstra a manifestação da influência da ideologia e dos índices sociais de valor na circulação social do gênero artigo de opinião. A autora considera também a empresa jornalística como interlocutora de textos deste gênero, visto que eles precisam ser lidos e aprovados antes de sua publicação. O jornal é, nesse caso, autor e leitor que se coloca entre o articulista e os leitores.

Com relação à dimensão verbal do gênero artigo de opinião, Rodrigues (2005) postula que o articulista aborda os acontecimentos sociais que se relacionam com a sua esfera profissional e que são próprios do universo da comunicação jornalística e opina sobre eles. Assim, o artigo de opinião orienta-se para a apreciação desses acontecimentos, que são retomados no texto ou implicitamente a partir do conhecimento social, político, cultural, etc. pelos participantes da interação. Isso porque tanto o articulista quanto o leitor pertencem ao mesmo mundo sociocultural e temporal.

Analizamos textos desse gênero e verificamos que eles podem ser interpretados como representando a fase de reação de um processo de negociação que subjaz a toda interação,

como propõe o MAM. Cada um dos artigos de opinião pode ser visto como uma reação ou resposta a uma proposição. Ou seja, um acontecimento social, que pode até mesmo ser tema de textos de outros gêneros dentro do jornal *Folha de São Paulo*, desencadeia uma necessidade de uma discussão, da expressão de uma opinião ou mesmo do oferecimento de maiores informações. Assim, redige-se um artigo de opinião a fim de fazer com que os leitores estabeleçam relações do tema ali tratado com um discurso anterior ou com os seus conhecimentos de mundo, façam inferências e até mesmo formem opiniões.

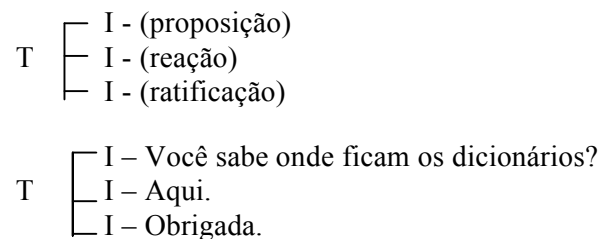
A análise sobre o gênero artigo de opinião feita por Rodrigues (2005) e aqui resumida orientou-se pela concepção de gênero como forma social de discurso inserido num processo de interação. Ela se afina à concepção de discurso como interação verbal, como combinação de informações de natureza linguística, textual e situacional, consoante ao que o Modelo de Análise Modular propõe para os discursos autênticos.

Capítulo 1: As dimensões textual e linguística

Como dissemos no item 2 da Introdução, é no módulo hierárquico que são distinguidas as informações relativas aos constituintes textuais a partir das quais se propõe uma estruturação hierárquica referente a um texto. Nos módulos lexical e sintático, são obtidas as informações que auxiliam na determinação dos constituintes textuais e das propriedades dos conectores, especialmente as do conector *daí*. O módulo hierárquico, que compõe a dimensão textual, e os módulos lexical e sintático, que compõem a dimensão linguística, são abordados e descritos nos itens 1.1. e 1.2. a seguir.

1.1. O módulo hierárquico

O módulo hierárquico define tanto os constituintes de base da estrutura do texto quanto as regras que permitem gerar as estruturas hierárquicas de todo texto possível, seja monológico ou dialógico, oral ou escrito. Tal módulo é considerado o resultado de um processo de negociação subjacente a toda e qualquer interação e que se organiza em três fases: uma proposição, que desencadeia uma reação, que por sua vez desencadeia uma ratificação. É a noção de negociação que permite a compreensão do princípio da recursividade, o qual determina a possibilidade de gerar uma infinidade de estruturas discursivas (MARINHO, 2002, ROULET, 2001b). Os esquemas abaixo representam uma operação de negociação qualquer:



A estrutura hierárquica, resultante da interpretação do processo de negociação de um texto, evidencia a hierarquia entre os constituintes discursivos que são:

- a troca, definida por Roulet (2001b, p.54) como “constituente de nível igual ou superior à intervenção”, é a unidade textual máxima formada por intervenções;
- a intervenção, que corresponde a cada constituinte de uma troca e pode ser formada por um ato principal, por outras intervenções e atos ou por outras trocas;
- e o ato, unidade textual mínima definida por Roulet⁹ (1999, p.145) como a menor unidade delimitada de uma parte a outra por uma passagem pela memória discursiva.

As estruturas hierárquicas, geradas pelas regras definidas pelo módulo hierárquico, correspondem a hipóteses interpretativas da forma de negociação que resulta em determinado texto, mesmo que ele não se configure explicitamente como dialogal, como é o caso do gênero artigo de opinião. Torna-se importante ressaltar, então, que é possível propor para uma

⁹ Cf. Marinho (2002, p.58)

mesma troca ou intervenção mais de uma estrutura, e cada uma delas corresponderia a uma interpretação diferente do processo de negociação de determinado texto.

Ao desenvolvimento e ao encerramento do processo de negociação, há dois tipos de restrições relacionadas: a restrição de completude monológica e a restrição de completude dialógica. A primeira se relaciona com a necessidade de cada fase do processo de negociação – proposição, reação ou ratificação – ter clareza e completude para que tal processo possa se desenvolver. A segunda requer que o duplo acordo, o qual ocorre quando os interactantes concordam com o encerramento do processo de negociação, seja alcançado.

O procedimento de segmentação do discurso em atos é o primeiro passo para que se possa chegar à estrutura hierárquica de qualquer texto. A realização da segmentação em atos dos textos do *corpus* dessa pesquisa se baseou em alguns critérios propostos pelo MAM para auxiliar na definição da fronteira entre dois atos¹⁰. Tais critérios tratam da passagem pela memória discursiva, a qual é assinalada, no discurso, pela possibilidade de se retomar a informação sob a forma de um pronome ou de uma expressão definida; pela presença dos conectores ou pela possibilidade de inseri-los e, no discurso escrito, por sinais gráficos como o ponto final.

Para o MAM, os conectores evidenciam as relações interativas entre os constituintes textuais, pois são vistos como marcas linguísticas que indicam ou explicitam uma relação entre constituintes do texto e informações estocadas em memória discursiva. Roulet (2001) cita que, para Berrendonner (1983), em todos os casos de encadeamentos marcados por conectores – com elementos de ordem linguística ou com elementos circunstanciais ou referenciais – o encadeamento ocorre sobre uma informação presente na memória discursiva. Assim, por oferecerem instruções procedimentais que facilitam a interpretação das relações interativas, os conectores são considerados os elementos responsáveis pelas instruções que orientam a interpretação do interlocutor. Na sua descrição, consideram-se a análise semântica dessas instruções e a análise da relação existente entre os constituintes textuais e as informações estocadas na memória discursiva¹¹.

Por possibilitar a visualização das hierarquias e das relações existentes entre os constituintes textuais, a estrutura hierárquica é considerada uma “ferramenta preciosa” para a descrição do discurso (MARINHO, 2007). Ela descreve os três tipos de relações existentes

¹⁰ Para maiores esclarecimentos sobre a segmentação do discurso, remeto a Marinho (2002) ou Marinho (2007).

¹¹ Marinho (2002) afirma que, inicialmente, pensava-se que os conectores ligavam principalmente as informações veiculadas pelos constituintes do discurso, mas Berrendonner (1983) mostrou que os conectores, a exemplo dos anafóricos, se encadeiam frequentemente nas informações que não aparecem no texto, que estão estocadas na memória discursiva. (cf. ROULET, 1999:74)

entre os constituintes: relação de dependência, de independência e de interdependência. O constituinte (troca, intervenção ou ato) é dependente e tem o estatuto de subordinado quando está ligado a outro constituinte que contém uma informação necessária para o texto e tem o estatuto de principal. Nesse caso, o constituinte subordinado pode ser suprimido sem comprometer a estrutura global do texto. Já a relação de independência ocorre quando há intervenções e atos coordenados, em que a presença de qualquer um independe da do outro, e a relação de interdependência ocorre quando um constituinte não pode existir sem o outro, como a intervenção de pergunta e a de resposta, por exemplo.

Com o intuito de exemplificação, apresentamos a seguir o texto 6 que compõe o *corpus* desta pesquisa segmentado em atos:

(1) Vanusa, a musa do iê-iê-iê, anda sendo massacrada (2) por ter cantado em público o hino nacional errando tudo: melodia, harmonia, ritmo e letra. (3) O fato, já velho de meses, se deu numa cerimônia da Assembleia Legislativa de São Paulo. (4) Mas só agora, via YouTube, o país, pasmo, o está assistindo.

(5) Na semana passada, (6) Sasha, 11 anos, filha de Xuxa, também foi para o castigo (7) por escrever no Twitter uma mensagem dizendo que estava filmando e ia fazer "uma sena com a cobra"- (8) ela queria dizer "cena". (9) E, há poucos dias, a apresentadora (e bióloga em disponibilidade) Ana Maria Braga, (10) ao cometer uma receita de bolo em seu programa de TV, (11) louvou a castanha-do-pará como uma delícia da "fauna brasileira".

(12) Seria fácil listar essas ratas produzidas por três (perdão, ouvintes) ícones da cultura (13) e vergastar a indigência mental em que vive o Brasil. (14) Ou acreditar nas justificativas oferecidas para dois dos casos. (15) Segundo seu agente, (16) Vanusa teria se atrapalhado com a música (17) por estar sob o efeito de um remédio para labirintite. (18) E, segundo Xuxa, (19) Sasha não sabe escrever direito em português (20) porque foi alfabetizada em inglês.

(21) Pois ousou pensar diferente. (22) Vanusa, farta de ouvir o hino nacional tocado compulsoriamente antes de cada competição esportiva em São Paulo, queria apenas fugir da patriotada e da cafonice. (23) *Daí* tentou emprestar ao hino um caráter quase jazzístico, (24) quebrando o ritmo, (25) embaralhando a letra (26) e alterando a melodia. (27) E, quando ia partir para o "scat", (28) foi cortada sem piedade pelo locutor do evento.

(29) Quanto à menina Sasha, (30) seu erro foi insignificante para alguém que, admitido pela própria mãe, é analfabeta em sua língua. (31) E, interpretando um possível raciocínio de Ana Maria Braga, (32) e daí se a castanha-do-pará vem da flora ou da fauna? (33) "É tudo Brasil, não?". (34) Sim. (35) É tudo Brasil.

Esta segmentação em atos foi proposta a partir dos critérios já citados adotados no MAM, que tratam da definição da fronteira entre dois atos e os quais consideram a possibilidade da passagem de uma informação pela memória discursiva. A seguinte proposta de estruturação hierárquica de um trecho do texto 6 expõe uma interpretação das relações hierárquicas entre os seus constituintes¹². Tem-se, nessa estrutura: A – ato, Ap – ato principal,

¹² Descrevemos a estrutura da intervenção que está diretamente relacionada à ocorrência do item *daí*, objeto de estudo dessa pesquisa.

As – ato subordinado, I – intervenção, Ip – intervenção principal e Is – intervenção subordinada.

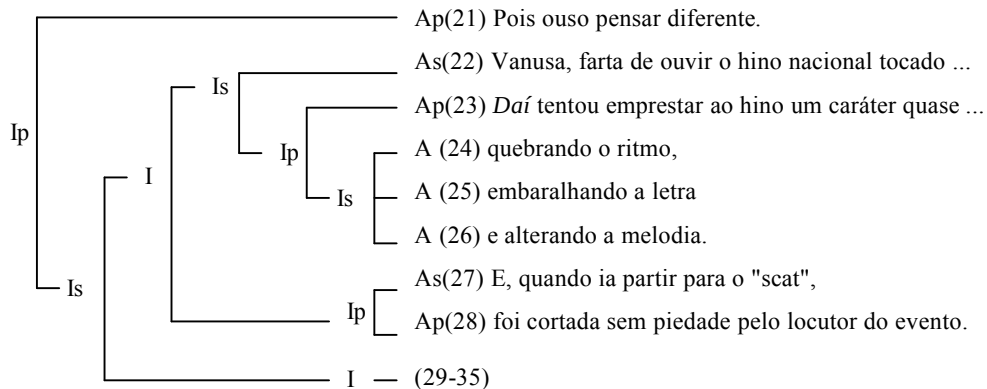


Figura 1: estrutura hierárquica do texto 6

Nessa intervenção principal, o autor¹³ expõe sua opinião a respeito de fatos citados nos primeiros quatro parágrafos do texto, compostos pelos atos (01-20). O ato principal (21) traz o ponto de vista do autor, uma vez que ele afirma ter um pensamento diferente daqueles que vergastariam a “indigência mental em que vive o Brasil” ou acreditariam nas justificativas para os erros cometidos, apresentadas pelo agente de Vanusa e por Xuxa. Ao ato principal (21), se liga uma grande intervenção subordinada formada pelos atos (22-35). A essa Is, se ligam duas intervenções independentes: a primeira formada pelos atos (22-28) e a segunda formada pelos atos (29-35). Essas duas intervenções apresentam as três razões propostas pelo autor e que justificariam os erros apresentados nos primeiros parágrafos do texto. Na I (22-28), temos uma possível explicação para Vanusa ter se confundido ao cantar o hino nacional em público e errar melodia, harmonia, ritmo e letra. O ato (22) é subordinado à intervenção principal (23-26) e introduz uma ironia relacionada ao sentimento da cantora sobre o tocar compulsório do hino nacional antes de jogos esportivos, além de trazer um possível motivo que teria levado Vanusa à mudança inesperada da canção: fugir da patriotada e da cafonice. Ou seja, o autor sugere que o erro foi proposital. O ato principal (23) parte dessa afirmação para descrever como a cantora agiu ao cantar o hino nacional, subordinando os atos coordenados entre si (24-26), os quais detalham essa descrição. Os atos (27) e (28) contam o desfecho dessa história e constituem uma intervenção principal ligada à Is (22-26).

¹³ Optamos por utilizar os termos “autor” e “leitor” para fazer referência aos interlocutores porque analisamos, neste trabalho, textos da modalidade escrita da língua.

Como dissemos no item 2. da Introdução, a estruturação hierárquica de um texto é o ponto de partida para se tentar entender como a sua organização relacional se constrói. Assim, ao tratarmos da determinação das relações de discurso no item 2.1., exemplificando-as numa estrutura hierárquico-relacional, acrescentamos à estrutura hierárquica representada na figura 1 as relações textuais genéricas que podem existir entre os constituintes textuais¹⁴.

¹⁴ Os artigos de opinião são considerados textos monologais pelo modelo, visto que não há a presença de dois interlocutores ou dois enunciadores principais. Assim, podemos considerar que eles equivalem a intervenções de uma fase de reação do processo de negociação, na medida em que eles são uma resposta a um assunto ou um fato que desencadeia a necessidade de discutir, expressar opinião ou oferecer informação (MARINHO, 2008). Entendemos, então, que os constituintes textuais dos artigos de opinião se conectam exclusivamente por meio de relações textuais do tipo interativas, das quais trataremos no capítulo sobre a forma de organização relacional.

1.2. Os módulos lexical e sintático

Roulet (2001a) não se deteve na explicação e descrição dos módulos lexical e sintático por acreditar que estes módulos foram tradicionalmente descritos por linguistas e que já são conhecidos, se comparados aos módulos das dimensões situacionais e textuais. Para Roulet, o módulo sintático consiste “num conjunto de regras que determinam as categorias e as construções de proposições em uso numa língua ou variedade de uma língua” (ROULET, 2001a, p.45) e o módulo lexical consiste “num dicionário que define a pronúncia, a ortografia, as propriedades gramaticais e os sentidos das palavras das diferentes variedades da língua” (ROULET, 2001a, p.44).

Como já dissemos, estes módulos auxiliam na determinação dos constituintes textuais e das propriedades dos conectores. Dessa forma, estão relacionados aos critérios propostos pelo MAM para auxiliar na definição da fronteira entre dois atos. Por exemplo, os módulos lexical e sintático podem ser acionados na retomada de uma informação sob a forma de um pronome e na consideração tanto dos conectores quanto dos sinais gráficos como o ponto final.

No módulo lexical, pretende-se ainda indicar o sentido conceitual dos lexemas que contêm um conteúdo referencial, como os nomes, por exemplo, e o sentido procedural de formas como os dêiticos e os conectores.

Enfim, os módulos lexical e sintático são relevantes na investigação do papel do conector **daí** na organização relacional dos textos. Por isso é importante considerá-los ao propor a estruturação hierárquico-relacional dos textos do nosso *corpus*. Buscamos informações acerca do uso e da determinação gramatical do item **daí** em dicionários digitais, gramáticas e textos científicos. Essas informações poderão ajudar na interpretação do seu funcionamento discursivo como conector e se relacionam aos módulos supracitados, pois o MAM permite esse diálogo com informações provenientes de outros modelos, como a gramática.

1.2.1. As propriedades do *daí*

Com o objetivo de compreender o uso do item *daí* nos textos do *corpus* desta pesquisa, buscamos inicialmente estudar as variações de seu uso e de sua determinação gramatical. Isso nos parece importante visto que algumas propriedades admitidas por esse item quando usado como advérbio anafórico, por exemplo, podem ser encontradas no seu uso como conector.

Apresentamos a seguir o que se diz sobre o *daí* em dicionários digitais, em gramáticas tradicionais e em uma gramática do português falado. Estudamos ainda sobre ele em um artigo científico e em uma tese de doutorado. Visamos, assim, observar o item *daí* em toda a sua complexidade antes de procedermos à análise desse item atuando como conector.

Os dicionários online Michaelis e Aulete definem o item *daí* como uma combinação/contração da preposição *de* com o advérbio *aí*. Contudo, esses dicionários não apresentam maiores detalhes quanto à sua classificação gramatical ou à sua colocação sintática; apontam somente sinônimos ou circunstâncias de uso para ele.

Os referidos dicionários consideram a expressão *desse lugar* como um sinônimo do item *daí*. O dicionário Aulete cita que a orientação espacial assumida por este item aponta para um lugar antes mencionado ou o lugar onde está o ouvinte, como visto nos exemplos em (1) e em (2):

- (1a) Saia *daí*.
- (1b) Saia *desse lugar*.
- (2a) Você vê bem *daí*?
- (2b) Você vê bem *desse lugar*?

O dicionário digital Aulete cita alguns sinônimos que indicam um sentido de temporalidade para o item *daí*¹⁵, observados nos exemplos em (3) e em (4):

- (3a) Vi você no almoço; *daí* até a noite o que fez?
- (3b) Vi você no almoço; *desse ponto* até a noite o que fez?
- (3c) Vi você no almoço; *desse momento* até a noite o que fez?
- (4a) Esperou que ela chegasse, *daí* saíram juntos.
- (4b) Esperou que ela chegasse, *e depois* saíram juntos.
- (4c) Esperou que ela chegasse, *a seguir* saíram juntos.
- (4d) Esperou que ela chegasse, *então* saíram juntos.

¹⁵ O dicionário digital Aulete aponta que o *daí* sinônimo de *desse lugar* e *desse tempo* geralmente é acompanhado por uma locução de lugar ou de tempo, como *daí para frente* e *daí em diante*.

O dicionário online Michaelis cita outras combinações em que o item **daí** ocorre e que poderíamos classificar como locuções adverbiais temporais, a saber: *daí avante*; *daí por diante*; *daí em diante* (que o dicionário considera sinônimas de *desde esse momento*). A locução *desse tempo* também é apontada como sinônima do **daí**. Assim, nas construções em (5), entende-se que o item destacado poderia, segundo o dicionário, ser substituído por essa locução sem prejuízo da orientação temporal para a frase:

- (5a) A partir *daí* não mais se encontraram.
- (5b) A partir *desse tempo* não mais se encontraram.

O Aulete considera ainda que o item **daí** possa exprimir a ideia de decorrência factual ou de conclusão/inferência lógica, presente em *por causa disso*. Consideramos que semelhante ideia esteja presente nas expressões *por esse motivo* e *por isso*, citadas pelo Michaelis:

- (6a) Tinha um ligeiro sotaque; *daí* deduzi que era estrangeiro.
- (6b) Tinha um ligeiro sotaque; *por causa disso* deduzi que era estrangeiro.
- (6c) Tinha um ligeiro sotaque; *por isso* deduzi que era estrangeiro.
- (7a) O temporal impediu-nos de sair, *daí* desistimos.
- (7b) O temporal impediu-nos de sair, *por causa disso* desistimos.
- (7c) O temporal impediu-nos de sair, *por isso* desistimos.

Nos exemplos em (6), tem-se o item **daí** exprimindo a ideia de uma conclusão/inferência lógica: o fato de alguém possuir um sotaque nos leva a deduzir que seja um estrangeiro. Nos exemplos em (7), tem-se a decorrência factual: desistimos de fazer alguma coisa porque o temporal nos impedia de sair.

O Michaelis sugere outro sinônimo para o **daí**, o qual consideramos, de acordo com Neves (1993), um elemento fórico, visto que propicia a recuperação de informação por remissão a um ponto do enunciado:

- (8a) Que se conclui *daí*?
- (8b) Que se conclui *disso*?

As informações e os exemplos retirados dos dicionários Michaelis e Aulete nos permitem considerar que o item **daí** seja utilizado em vários contextos e admite diversos usos, como a referência a uma informação, a um espaço ou a um tempo determinados no contexto ou na situação de interação, além de exprimir a ideia de decorrência factual ou de

conclusão/inferência lógica¹⁶. Entendemos, com isso, que esse item pode atuar como um advérbio pronominal dêitico¹⁷, orientando para uma referência às pessoas do discurso ou à situação discursiva (espaço-temporal) estabelecidas no enunciado, como um advérbio pronominal anafórico, responsável pela busca ou recuperação de uma informação por remissão a um ponto no enunciado ou à situação de enunciação (NEVES, 1993) e como um conector, indicando uma relação de decorrência factual ou de conclusão/inferência lógica.

Entendemos, contudo, que, ao indicar uma dêixis textual¹⁸, o item **daí** também representa a informação, apontando discursivamente o que deve ser retomado no cotexto e/ou ativado em memória discursiva. Entendemos com isso que essa sua atuação como dêitico textual também se refere a um uso anafórico, como representado em (1a). Ressaltamos ainda que, quando se considera que o **daí** possa exprimir a ideia de decorrência factual, de conclusão ou inferência lógica, entendemos que há também a construção de uma anáfora. A ocorrência (6a) permite que afirmemos que esse item retoma a informação anterior como um ponto do enunciado que influenciou a conclusão por ele introduzida. Assim, acreditamos que, no uso como dêitico textual ou como articulador, o item **daí** deva ser considerado também como um elemento responsável por uma anáfora.

A referenciação anafórica do **daí** pode ser considerada como o resultado da operação que realizamos quando, para designar, representar ou sugerir algo, usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade (KOCH, 2002). Consideramos, então, que a interpretação do uso anafórico e, portanto, referencial de **daí** consiste em estabelecer uma ligação com algum tipo de informação que se encontra no cotexto e/ou pode ser ativada em memória discursiva.

Ao consultarmos gramáticas tradicionais de língua portuguesa, percebemos que a sua grande maioria não descreve o item **daí** quando enumera, por exemplo, os elementos classificados como advérbio de lugar ou de tempo nem discute a diversidade de usos possíveis para esse item. A ausência quase completa da abordagem do **daí** em gramáticas tradicionais pode ser justificada pelo fato de que ele esteja relacionado frequentemente à modalidade oral da língua. Dessa forma, a tradição pode tender a considerá-lo como um elemento típico dessa modalidade, excluindo-o de sua abordagem.

¹⁶ Marinho (2002) define que as inferências são as informações que o leitor adiciona ao texto, levando-se em consideração elementos do texto e do contexto, além dos conhecimentos linguísticos e de mundo que o leitor apresenta.

¹⁷ Bechara (1978) aponta que há advérbios de base pronominal, os quais desempenham na oração papéis sintáticos ou particularidades próprias de pronomes.

¹⁸ A maior parte da literatura considera que a dêixis textual retoma informações que não estão relacionadas à situação, como ocorre com a dêixis em sua acepção geral, mas sim que ela retoma idéias, noções, pessoas, etc.

Encontramos somente uma referência ao item **daí** na gramática tradicional, feita por Bechara (1978), que menciona esse item quando trata das locuções conjuntivas subordinativas consecutivas, e aproxima os sentidos da locução conjuntiva *de modo que* e do item *daí*. Bechara usa os exemplos (9) e (10a) abaixo para demonstrar como orações subordinadas consecutivas podem se aproximar semanticamente das orações coordenadas conclusivas, tornando-se independentes sintaticamente quando separadas por um ponto:

(9) O livro estava rasgado, *de modo que* muitas páginas tiveram sua leitura prejudicada. (oração subordinada consecutiva atenuada como coordenada conclusiva)

(10a) As alegrias da vida quase sempre são rápidas e fugidias, ainda que disto não tomemos conhecimento. *De modo que* elas devem ser aproveitadas inteligentemente. (oração subordinada consecutiva, com sentido aproximado ao de uma oração coordenada conclusiva)

Manipulando o exemplo (10), vemos que o item **daí**, assim como *por conseguinte* e *consequentemente*, pode ser usado em substituição a *de modo que*.

(10b) As alegrias da vida quase sempre são rápidas e fugidias, ainda que disto não tomemos conhecimento. *Por conseguinte* elas devem ser aproveitadas inteligentemente. (oração coordenada conclusiva)

(10c) As alegrias da vida quase sempre são rápidas e fugidias, ainda que disto não tomemos conhecimento. *Consequentemente* elas devem ser aproveitadas inteligentemente. (oração coordenada conclusiva)

(10d) As alegrias da vida quase sempre são rápidas e fugidias, ainda que disto não tomemos conhecimento. *Daí* elas devem ser aproveitadas inteligentemente. (oração coordenada conclusiva)

Assim como se pode observar a indicação de uma leitura orientada para uma consequência/conclusão em sentenças com *por conseguinte* e com *consequentemente*, podemos entender, com base em Bechara (1978), que o **daí** indica que a informação introduzida por ele pode ser interpretada como uma conclusão em relação ao seu antecedente.

É importante ressaltar que, em Bechara (2004), *por conseguinte* e *consequentemente* são classificados como advérbios textuais ou discursivos. O autor afirma que eles não se limitam a reunir orações que pertencem ao mesmo nível sintático, como é o caso das conjunções, mas sim marcam relações textuais ou semânticas com o que já foi dito. Dessa forma, para o gramático, os advérbios textuais não desempenham o mesmo papel conector das conjunções coordenativas, apesar de alguns desses advérbios manterem com elas certas aproximações ou mesmo identidades semânticas, como pudemos observar através das substituições feitas em (10).

Bechara (2004) não cita especificamente o item *daí* como um elemento que exprime uma circunstância de lugar, como faz com os advérbios *aqui*, *aí* e *dali*. Com o intuito de analisar se o *daí* poderia ser considerado como um advérbio de lugar, substituímos *dali* por *daí* numa sentença apresentada por ele, e constatamos que ambos os itens admitem a possibilidade de se referirem a um lugar na situação discursiva.

(11a) Veio *dali*.

(11b) Veio *daí*.

Assim, com base nos exemplos em (11), consideramos que o item *daí* pode ser classificado também como um advérbio de lugar. Ressaltamos que as circunstâncias de uso desse item como advérbio textual e como advérbio de lugar são distintas, uma vez que o primeiro uso marca, como dissemos anteriormente, relações textuais e discursivas com informações anteriores e o segundo é um elemento responsável por uma referenciação dêitica.

Ressaltamos ainda que Bechara (2004) não cita, dentre os chamados advérbios de tempo, nenhum termo que possa ser substituído por *daí*. Por isso, não realizamos testes que pudessem apontar o uso desse item na condição de advérbio de tempo, como fizemos com o advérbio de lugar.

Em artigo publicado na Gramática do Português Falado, v.2, Neves (1993) considera que o item *daí* pode ser considerado um advérbio circunstancial de lugar e defende que pode haver a ocorrência de um trânsito entre as categorias de lugar e de tempo. Haveria, dessa forma, usos em que o advérbio de lugar *daí* indicaria uma circunstância de tempo, como exemplificado em (12). O *daí*, então, é tratado por Neves como um advérbio de lugar que, às vezes, pode ser usado referindo-se a um tempo cujas coordenadas estão estabelecidas no enunciado.

(12) Formou-se em 80 e *daí* pra frente não estudou mais.

Num artigo em que se propõe a discutir a trajetória semântica e categorial dos pronomes locativos no português, Oliveira (2010) afirma que a complexidade funcional dos pronomes locativos, nos quais ela inclui o *daí*, dificulta a sua definição em termos categoriais. Segundo a autora, ao assumirem o papel de conectores, ou seja, de elementos que atuam na conexão textual-discursiva, os pronomes locativos migram, via gramaticalização, da categoria adverbial para classes mais gramaticalizadas. Essa trajetória de mudança inicia-se pela referência dêitica espacial, chega à fórica, relativa aos movimentos anafóricos e catafóricos, e

termina com a articulação lógico-textual. A complexidade funcional dos pronomes locativos aponta, então, para um hibridismo semântico, uma vez que eles podem admitir uma referência temporal ou ainda conclusiva, como na ocorrência (13).

(13) Eu lhe digo aos senhores: o homem nem era assim nem era assado. Falava bem, tinha sua lábia com o povo. *Daí* fez-se juiz, pôs por aí suas coisas a direito (...)

Nesse exemplo, segundo a autora, o ***daí*** pode se referir a *nesse ponto, nesse momento* assim como a *então*, entre outros sentidos possíveis, como ressalta.

Em sua tese de Doutorado, Tavares (2003) aborda o item ***daí*** como conector sequenciador na modalidade oral da língua portuguesa falada em Florianópolis. A autora adota uma perspectiva sociofuncionalista e afirma que o ***daí*** se movimentou ao longo de categorias cada vez mais gramaticais ao passar da dêixis à anáfora e desta à articulação discursiva¹⁹. Conforme a pesquisadora, o item ***daí*** depende fortemente do contexto circundante para ser interpretado (contexto externo, no caso dos dêiticos, e informações anteriores, no caso dos anafóricos), assumindo novas feições a cada evento interacional. Tem-se, a partir disso, o ***daí*** adverbial e dêitico, referindo-se ao espaço ou à sequência temporal na enunciação, o ***daí*** anafórico, que retoma algo já dito, e o ***daí*** articulador discursivo. A autora descreve o uso do item ***daí*** em algumas estratégias linguísticas, a saber:

- na sequenciação temporal, que emerge quando eventos são apresentados no discurso de acordo com a ordem em que ocorreram no tempo, envolvendo a pressuposição de que o segundo evento ocorreu mais tarde em relação ao primeiro, como no exemplo apresentado por Tavares (2003):

(14) Ela vai lá, cheira o rato, vê se tem um ratinho ali, *daí* ele pega a patinha e esmaga ele com a patinha, aqueles que são bem pequeninhos.

- na sequenciação textual, uma estratégia linguística coesiva que assinala a ordem pela qual as unidades conectadas sucedem-se ao longo do tempo organizado no interior do discurso. Desprovida de caráter argumentativo ou de indicação de cronologia temporal, a sequenciação textual simplesmente salientaria, segundo a autora, o encadeamento de uma porção discursiva anterior com uma posterior, evidenciando que

¹⁹ Tavares (2003) discute o processo de gramaticalização pelo qual passaram os conectores *e*, *aí*, *daí* e *então*, comparando o uso atual do *daí* na linguagem oral de Florianópolis (SC) com a sua ocorrência em um romance datado da primeira metade do século XX.

aquela é mais uma informação que se relaciona com informações já dadas. Um exemplo que se apresentou dessa estratégia é:

(15) Eles estão destruindo as estradas e eles falaram que não têm certeza se vão arrumar a estrada, daí está todo mundo reclamando da poeira, todo sábado eu tenho que limpar a casa, *daí* os moradores quando vão no banco de ônibus está tudo empoeirado, não dá nem pra sentar.

- na introdução de efeito, em que se tem a introdução de informações que representam consequência, conclusão, efeito ou resultado em relação ao que foi dito previamente, como no exemplo a seguir:

(16) Talvez ela vai vender um terreno que ela ganhou e talvez ela compre um terreno e compre um cachorro pra gente, porque lá em casa não tem muito espaço, *daí* ela não quer comprar um cachorro.

- na finalização, que marca a adição de uma oração que sinaliza o final de um tópico/assunto ou subtópico. Tavares destaca que, na linguagem oral atual de Florianópolis, é comum notar, a presença de elementos anafóricos como *isso*, *essa*, *assim*, etc. na oração introduzida por *daí*, como no exemplo:

(17) Aí fez gol, mas eu nem sabia, depois que o meu pai falou: ‘Fez gol!’ Nem o Rafael, uns amigos do meu pai que se casou até ontem, ninguém sabia. Aí depois eu: ‘Foi zero a zero, né pai?’ ‘Claro que não, foi um a zero.’ Aí a- a J.: ‘Ah, mas tu não presta atenção, só vai mesmo pra comer, não fala nada.’ Ah, meu deus! *Daí* é assim.

Considerando essas quatro estratégias, Tavares (2003) concluiu que a marca mais recorrente do item *daí* na linguagem oral seria a da introdução de efeito, definindo o *daí* articulador discursivo como um conector sequenciador que interliga nacos do discurso, tecendo partes de proporções variadas, desde informações interligadas localmente em orações, a tópicos/assuntos conectados globalmente. É ressaltado, ainda, o uso híbrido do item *daí*, o qual representa um caso intermediário entre anáfora e conexão textual, pois há ancoragem em uma informação passada específica, que adquire um traço de concretude ao ser apresentada como um lugar (uma ideia/informação) de onde vem uma consequência ao mesmo tempo em que se estabelece uma relação coesiva mais abstrata e complexa (a introdução de efeito) entre as informações assim interligadas. Notamos mais uma vez a complexidade funcional do *daí* a partir das conclusões de Tavares (2003).

Encontramos ocorrências do item **daí** em artigos de opinião que contemplariam a diversidade de usos apresentados pelos dicionários, pelas gramáticas e pelos artigos citados acima, como:

- o uso como advérbio pronominal dêitico, em que o **daí** se refere às pessoas do discurso ou à situação discursiva (espaço-temporal), retomando-as do cotexto ou ativando-as em memória discursiva:

(18) Bem, mas nós daqui e você **daí** já sabemos como se resolvem, ou se tentam resolver, essas coisas: jogando a culpa na imprensa.²⁰

- o uso como advérbio pronominal anafórico, em que o **daí** aponta o que deve ser retomado no cotexto e/ou ativado em memória discursiva:

(19) (...) Mais experiente, Rosa não vai deixar a digital em novos bilhetes comprometedores, mesmo com costas quentes. Mas pode escrever: boa coisa não vai sair **daí**.²¹

- o uso como conector, em que o **daí** orienta que a leitura da informação que introduz deve ser feita no sentido de introdução de efeito em relação a uma informação expressa anteriormente ou ativada em memória discursiva, a qual é por ele retomada.

(20) Pois ousou pensar diferente. Vanusa, farta de ouvir o hino nacional tocado compulsoriamente antes de cada competição esportiva em São Paulo, queria apenas fugir da patriotada e da cafonice. **Daí** tentou emprestar ao hino um caráter quase jazzístico, quebrando o ritmo, embaralhando a letra e alterando a melodia. E, quando ia partir para o "scat", foi cortada sem piedade pelo locutor do evento.²²

Em (18), consideramos que o item **daí** se refere ao lugar onde se encontra o interlocutor, e indica a ele que é necessária a busca pelo referente desse lugar, seja no contexto, seja na memória discursiva. Em (19), podemos interpretar que o item é usado numa referência a uma informação anterior e que pode ser retomada pelo leitor no próprio texto ou também ser ativada em memória discursiva. Em (20), consideramos que o **daí** apresenta uma

²⁰ CANTANHÊDE, Eliane. Trombada no ar. *Folha de S. Paulo*. Opinião. 04 fev. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0402201004.htm>>. Acesso em 20 fev. 2010

²¹ CANTANHÊDE, Eliane. Boa coisa não sai daí. *Folha de S. Paulo*. Opinião. 16 out. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1610200904.htm>>. Acesso em 23 jan. 2010

²² CASTRO, Ruy. É tudo Brasil. *Folha de S. Paulo*. Opinião. 05 set. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0509200905.htm>>. Acesso em 23 jan. 2010

ancoragem anafórica, uma vez que ele, assumido a função de elemento anafórico, recupera uma informação textual. Nesse último exemplo, o item ainda introduz uma informação que representa um efeito em relação ao que foi dito previamente. Dessa forma, a intenção de fugir da patriotada e da cafonice seria recuperada pelo conector como uma causa, e as ações que confeririam o caráter jazzístico ao hino seriam o seu efeito. Assim, podemos entender que há uma relação de causalidade entre as informações relacionadas pelo conector.

Após esse estudo do item **daí**, consideramos que ele possa atuar na escrita como um advérbio pronominal, admitindo a dêixis ou a anáfora, e como conector na articulação discursiva, indicando tanto uma ancoragem anafórica quanto uma ideia que pode remeter a uma decorrência factual, a um efeito, a uma consequência ou a uma conclusão ou inferência lógica.

Essa variedade de usos e de sentidos atribuídos ao **daí** torna-o um item complexo, e a tarefa de analisá-lo para definir as suas propriedades quando usado como conector precisa se pautar em uma maior fundamentação. Baseando-nos, então, na indicação de que o **daí** funciona na articulação discursiva como um conector que indica ou explicita a relação de conclusão existente entre constituintes textuais, propomos, no próximo item, uma comparação entre ele e o conector conclusivo *portanto*. Essa comparação visa identificar possíveis propriedades semelhantes entre esses conectores de modo a obter um entendimento da atuação discursiva do conector **daí**.

1.2.1.1. *Portanto X Daí*

Com o intuito de entender o funcionamento discursivo do conector *daí*, pretendemos, num primeiro momento, relacioná-lo ao conector conclusivo *portanto*, mas lançamos mão de comparações com outros conectores, como *logo* e *então*, a fim de reforçar possíveis aproximações semânticas do *daí* com os operadores conclusivos.

Buscamos em Lopes et al. (2001) informações relacionadas ao *portanto*²³. Num artigo em que analisam o uso do *portanto* em textos orais e escritos nas variedades europeia e brasileira do português contemporâneo sob uma perspectiva funcionalista²⁴, as autoras o descrevem detalhadamente quanto às propriedades sintáticas das construções em que aparecem, especificam a relação conclusiva que introduzem e a diferenciam das relações causais e consequenciais, e ainda explanam sobre os valores assumidos por ele.

Atemo-nos à descrição dos valores que se relacionam ao uso do *portanto* como conector e como articulador discursivo, os quais são relevantes para a comparação que aqui pretendemos realizar. Entendemos que a distinção entre as funções de conector e de articulador discursivo, feita por Lopes et al. (2001), pode ser explicada pelo fato de que, atuando como conector, o *portanto* relaciona duas proposições, e atuando como articulador discursivo, ele relaciona a informação que inicia com várias informações expressas anteriormente, voltando-se assim para a organização discursiva do texto em que é utilizado²⁵.

Ao caracterizar semanticamente as construções com *portanto*, as pesquisadoras afirmam que ele, enquanto operador conclusivo, admite a instrução de assinalar ao ouvinte que a proposição que introduz deve ser lida/interpretada como conclusão que se baseia num raciocínio inferencial²⁶. Para as autoras, há, nas construções conclusivas, uma relação entre causa e consequência que atua no nível epistêmico, a qual envolve o conjunto de conhecimentos e crenças do falante. Assim, segundo as autoras, o conector indica que a informação introduzida pelo *portanto* é a conclusão – ou consequência lógica – de uma inferência dedutiva validada pela articulação entre duas premissas: a que está implícita com a

²³ Lopes et al. (2001) consideram, no artigo, a classificação de conjunção conclusiva que a gramática tradicional confere para o item *portanto*. Consideramos nesse trabalho a classificação atual de Bechara (2004) que o categoriza como advérbio.

²⁴ Para essa análise comparativa entre o *portanto* e o *daí*, consideramos apenas as ocorrências relatadas pelas autoras acerca da variedade brasileira.

²⁵ Ao fazermos referência ao *daí*, não fazemos distinção entre conector e articulador. Consideramos que ele atua no discurso e, por isso, o conector será sempre um articulador, independentemente se ele conecta dois constituintes ou se ele relaciona porções maiores de um texto.

²⁶ Consideramos, a partir de Rossari (2000), que a inferência pode ser dedutiva, na qual a conclusão é apresentada como certa, resultante de uma observação direta da realidade, e pode ser indutiva, na qual a conclusão é apresentada apenas como plausível, fruto de uma construção mental.

que foi explicitada. Em outras palavras, a conclusão que o conector introduz é uma consequência resultante de um raciocínio que envolve a recuperação de uma premissa implícita. Assim, na construção *p portanto q*, há uma premissa genérica omitida que, quando articulada com a premissa explicitada, sustenta/valida a conclusão introduzida pelo conector. Vejamos o exemplo abaixo:

(21a) O João é muçumano, *portanto* não bebe álcool.

Podemos entender que, em (21a), a premissa omitida que valida a conclusão é “todo muçulmano não bebe álcool”. Assim, quando não se tem uma informação contrária, caso se saiba que um dado indivíduo é muçulmano, pode-se concluir que ele não bebe álcool.

Lopes et al. (2001) assinalam que o conector *portanto* não aceita uma leitura em termos causais estritos (construções causais), mesmo quando as proposições *p* e *q* que integram a construção conclusiva denotam eventos que mantêm entre si um nexos factual de causa/consequência. Segundo as autoras, esse nexos factual existe nas construções (20) e (21):

(22) O copo caiu, *portanto* partiu-se.

(23) O copo partiu-se *porque* caiu.

De acordo com Lopes et al. (2001), o uso do *porque* em (23) limita-se a asserir o nexos de causalidade que existe entre as proposições, enquanto o uso do *portanto* em (22) indica uma conclusão, em que o falante expressa um raciocínio dedutivo/conclusivo a partir do conhecimento que possui de que o copo caiu. Assim, mesmo existindo a relação causa/consequência, o sentido que o conector *portanto* confere às sequências está ligado à relação de conclusão.

As pesquisadoras distinguem ainda as construções conclusivas e as causais quanto ao nexos temporal. Para elas, nas construções causais do tipo *p porque q*, *q* deve anteceder *p*, enquanto nas conclusivas com *portanto*, o nexos temporal entre *p* e *q* é irrelevante.

(24a) A neve derreteu, *portanto* está calor.

(25a) Está calor, *portanto* a neve derreteu.

Lopes et al. afirmam que as ocorrências (24a) e (25a) são igualmente aceitáveis, independentemente de sabermos que o calor é a causa que motiva o derretimento da neve. Entendemos que, em (24a), pode-se concluir que está calor a partir da informação que se tem

de que a neve derreteu se se tem como premissa “a neve derrete no calor”. E, na construção (25a), pode-se concluir que a neve derreteu a partir da informação que se tem de que está calor se se tem como premissa “o calor derrete a neve”.

Entendemos, com isso, que a presença do *portanto* faz com que não se tenha uma leitura estritamente causal, pois ele faz intervir na proposição um processamento cognitivo que induz a um raciocínio conclusivo.

Em um artigo em que discute a gramaticalização do advérbio *então* como conjunção no português falado culto do Brasil, Pezatti (2001) trata da conjunção conclusiva *logo*, admitida por Lopes et al. como uma paráfrase possível de *portanto* em contextos conclusivos. A autora afirma que, na função de operador discursivo, ele já deixou o estatuto de advérbio e se gramaticalizou como conjunção. Isso significa que ele exerce apenas a função de relacionar de maneira conclusiva duas proposições constituintes de um argumento. Há a convivência pacífica entre a conjunção e a forma original de advérbio, tratando-se, segundo a autora, de um caso de polissemia ou de ambigüidade pragmática.

Quanto ao *então*, a autora considera que ele caminha, no português falado, para gramaticalizar-se como conjunção. Ela ressalta que, mesmo como operador discursivo, o *então* mantém ainda o valor temporal e anafórico. Pezatti (2001) ressalta algumas evidências que apontam para a caracterização do *então* como conjunção, quais sejam: (i) pode ser substituída por *logo* nos casos em que não veicula o valor temporal; (ii) quando preserva a propriedade adverbial de tempo, é considerado um advérbio, uma vez que coordena orações, nunca termos, o que reforça seu caráter circunstancial; (iii) apresenta resistência à clivagem (deslocamento para a esquerda da sentença) e à presença de advérbios focalizadores; (iv) pode relacionar dois estados de coisas (conteúdo) ou um estado de coisa e uma inferência; (v) admite uma orientação argumentativa quando indica uma conclusão por inferência; (vi) não se pode alterar a ordem das orações que relaciona quando a segunda indica conclusão (mantém a ordenação causa/consequência).

Observamos que o *daí* possui propriedades sintáticas semelhantes ao *então*, como a resistência à clivagem e a não aceitação da inversão da ordem das proposições quando a segunda indica conclusão.

Pezatti (2001) defende que a forma *então* pode estabelecer relação conclusiva e com as mesmas propriedades sintáticas que *logo*. Segundo a pesquisadora, ele pode atuar no nível frasal, como advérbio dêitico de tempo, ou no nível textual, como operador argumentativo na expressão de uma ideia lógico-semântica de decorrência, conclusão ou resultado.

Com base nessas informações sobre as propriedades conclusivas de *logo*, considerada a conjunção conclusiva por excelência, e de *então*, pretendemos verificar se esses conectores podem atuar no mesmo contexto que o conector ***daí***, ou seja, em construções linguísticas em que se tem uma relação de conclusão, o que reforçaria a nossa hipótese de que o ***daí*** esteja atuando como um conector conclusivo.

Comparamos os conectores conclusivos e o ***daí*** quanto às propriedades semânticas que manifestam e concluimos que, nas substituições feitas em (21b), (21c) e (21d) apresentadas a seguir, *logo*, *então* e ***daí*** mantêm a ideia de conclusão introduzida pelo conector *portanto* em (21a). Assim, em (21d), entendemos que o ***daí*** assinala a instrução de orientar a interpretação do interlocutor numa perspectiva conclusiva, em que a informação introduzida por ele (não beber álcool) configura-se como uma conclusão resultante de uma inferência dedutiva. Se a premissa implícita é “todo muçulmano não bebe álcool” e João é muçulmano, deduz-se que ele não bebe álcool.

(21b) O João é muçumano, *logo* não bebe álcool.

(21c) O João é muçumano, *então* não bebe álcool.

(21d) O João é muçumano, ***daí*** não bebe álcool.

Podemos concluir, com base nessa análise, que o ***daí*** pode atuar como conector indicador de uma conclusão, assim como *portanto*, *logo* e *então*.

Lopes et al. (2001) afirmam que o conector ***daí*** pode atuar em construções em que há uma relação de causalidade entre as sequências linguísticas, diferentemente do conector *portanto*. As pesquisadoras consideram que exista, nas construções causais (consequência/causa) e consequenciais (causa/consequência), uma relação de causalidade não no nível do domínio epistêmico, mas no nível do domínio do conteúdo, que envolve a representação de estados e eventos do mundo, apresentados como dois estados de coisas: um é a causa e o outro, a consequência. Elas recorrem a Oscar Lopes (PERES, 1972) ao afirmarem que a causa é uma condição suficiente que se verifica no mundo real, por isso o carácter factual das construções causais e consequenciais. Para as autoras, o item ***daí*** indica a relação de causalidade introduzindo um efeito e o *porque* indica a mesma relação, só que introduzindo a causa.

(26a) As estradas estão cortadas *porque* houve cheias.

(27) Houve cheias, ***daí*** as estradas estarem cortadas.

Em (27), o **daí** explicita a relação de causalidade, em que o fato de ter havido cheias é interpretado como a causa e o fato de as estradas estarem cortadas, como o efeito. Assim, assinalamos que este conector pode atuar conectando uma causa (*p*) a um efeito (*q*) no nível do domínio do conteúdo.

Pensamos também sobre a relação causal estabelecida por *porque* na ocorrência (26a), em que ele relaciona a consequência ‘as estradas estão cortadas’ à causa ‘houve cheias’. Substituímos o *porque* pelo **daí** em (26b) e entendemos que a relação causal seria preterida em função da relação conclusiva, na qual o conector indica uma relação de conclusão. As paráfrases com *logo*, com *portanto* e com *então*, em (26c), em (26d) e em (26e), reforçam a nossa hipótese de que o **daí** indicaria, nesse caso, uma relação de conclusão.

(26b) #²⁷As estradas estão cortadas, *daí* houve cheias.

(26c) #As estradas estão cortadas, *logo* houve cheias.

(26d) #As estradas estão cortadas, *portanto* houve cheias.

(26e) #As estradas estão cortadas, *então* houve cheias.

A informação introduzida pelo **daí**, pelo *portanto* e pelo *então* – houve cheias – configura-se como uma conclusão baseada numa dedução em que a premissa implícita “as cheias cortam as estradas” valida a explícita, caso não haja informação contrária: se as estradas estão cortadas, podemos deduzir que houve cheias. Com isso, podemos concluir que o **daí** pode ser usado em construções sinalizando a relação de causalidade, desde que a informação por ele introduzida represente o efeito. Se ele introduzir a causa, como em (26b), a relação será de conclusão.

O conector **daí** indicador de uma relação de causalidade aceita a substituição por *por isso* ou por *por causa disso*, como mostramos em (28a) e (28b). A substituição de **daí** por *portanto*, feita em (28c), transforma a relação de causalidade numa relação conclusiva devido à não aceitação da relação causal por conector.

(28a) Houve cheias, *por isso* as estradas estão cortadas.

(28b) Houve cheias, *por causa disso* as estradas estão cortadas.

(28c) #Houve cheias, *portanto* as estradas estão cortadas.

Na comparação de construções envolvendo os conectores *portanto* e **daí** quanto ao nexos temporal, verificamos que eles não compartilham as mesmas propriedades. Analisamos as seguintes ocorrências:

²⁷ Símbolos: A substituição da expressão originalmente utilizada por outra soa falsa (?), cria efeitos de incoerência (??), conduz a uma notável mudança na interpretação (#) ou torna a estrutura agramatical (*).

- (24b) A neve derreteu, *daí* está calor.
- (24c) A neve derreteu, *logo* está calor.
- (24d) A neve derreteu, *então* está calor.
- (25b) Está calor, *daí* a neve derreteu.
- (25c) Está calor, *logo* a neve derreteu.
- (25d) Está calor, *então* a neve derreteu.

Em (24b) temos uma relação conclusiva decorrente de um raciocínio inferencial, em que a premissa implícita é “a neve derrete no calor”. O leitor interpreta que, se a neve derreteu, é possível obter a conclusão “está calor”. Esse raciocínio também pode ser aplicado a (24c) e a (24d), em que a aceitação das paráfrases com *logo* e com *então* comprova a relação de conclusão indicada pelo conector *daí* em (24b).

Já em (25b), a inversão da ordem dos constituintes de (25b) alterou a relação explicitada por *daí*, visto que a relação passou a ser de causalidade (o calor causa o derretimento da neve), em que a causa *p* deve necessariamente anteceder no tempo o efeito, representado em *q*. Em (25c) e (25d), o uso de *logo* e de *então* faz com que se interprete que “a neve derreteu” é uma conclusão, pois, a partir do conhecimento de que o calor derrete a neve, a informação “está calor” implica que a neve tenha derretido. Percebemos que nesse caso a relação de conclusão foi mantida por *logo* e por *então*, o que confirma que o nexo temporal não é relevante para esses conectores assim como não o é para o *portanto*.

A partir dessas inversões e análises, podemos concluir que o nexo temporal pode ser relevante em construções conclusivas que envolvem o *daí*, uma vez que, invertendo-se a ordem dos constituintes dessas construções, pode ocorrer a alteração da relação indicada por ele.

Mas verificamos que essa relevância é apenas relativa porque nem sempre a alternância dos constituintes relacionados pelo conector *daí* em construções conclusivas implica a alteração da relação indicada por ele. Em (24b), a relevância do nexo temporal pode ser compreendida pelo fato de que, ao invertermos os constituintes em (25b), a relação de conclusão no nível do domínio epistêmico (temos o conhecimento de que o calor derrete a neve) torna-se uma relação de causalidade no nível do domínio do conteúdo (de acordo como os eventos no mundo, a neve derreteu porque está calor.). Retomamos (21d) para comprovar que o *daí* também pode ser usado em construções conclusivas nas quais o nexo temporal é irrelevante.

- (21d) O João é mulçumano, *daí* não bebe álcool.
- (28) O João não bebe álcool, *daí* é muçulmano.

Em (21d), pode-se chegar à conclusão dedutiva “João não bebe álcool” a partir da combinação da informação de que ele é muçulmano com a premissa “todo muçulmano não bebe álcool”. E em (28), em que a ordem dos constituintes de (21d) está invertida, pode-se chegar à conclusão dedutiva “João é muçulmano” a partir da combinação da informação de que ele não bebe álcool com a premissa “quem não bebe álcool é muçulmano”.

Assim, o nexos temporal das construções conclusivas que envolvem o *daí* será relevante se, ao invertermos a ordem dos constituintes, a relação passar a operar no nível do domínio do conteúdo e será irrelevante se o nível de domínio permanecer epistêmico.

Podemos concluir, a partir desse estudo comparativo, que o conector *daí* pode indicar uma relação de causalidade ou uma relação conclusiva, enquanto os conectores *portanto*, *logo* e *então* indicam apenas a relação conclusiva.

Lopes et al. (2001) apontam o *portanto* atuando como articulador discursivo quando ele estabelece relações sequenciais entre partes do texto que podem ser de retomada, de encaminhamento e de fechamento de tópico, ou ainda de reformulador de termos. Expomos a seguir como as autoras consideram e exemplificam cada uma dessas relações.

Segundo as pesquisadoras, como retomador de tópico, o *portanto* sinaliza a retomada de um tópico que foi interrompido por uma digressão. Nesse caso, há uma regressão ao tópico e, numa reformulação parafrástica, há a repetição da informação já dada, reproduzida em (29a). Entendemos em (29b) que o *daí* parece não atuar como retomador de tópico, visto que o seu uso sugere uma inadequação, que pode ser explicada pelo fato de que ele repete a indicação anafórica presente na expressão ‘nesse caso’, a qual retoma o tópico, e não admite a função de articulador nesse uso.

(29a) “(...) Mas meu marido não permite que minha filha vá conosco. Existe algum meio de levar a menina mesmo contra a vontade do pai?

Entre as normas que regulam a separação e o divórcio [...]. Ao pai é assegurado o direito de visitas. Quando a mãe cria obstáculos para o pai exercer esse direito, ele pode requerer a revisão da cláusula que regula a guarda dos filhos. Nesse caso, *portanto*, o pai da criança precisa concordar com a viagem.”

(29b) ??“(...) Mas meu marido não permite que minha filha vá conosco. Existe algum meio de levar a menina mesmo contra a vontade do pai?

Entre as normas que regulam a separação e o divórcio [...]. Ao pai é assegurado o direito de visitas. Quando a mãe cria obstáculos para o pai exercer esse direito, ele pode requerer a revisão da cláusula que regula a guarda dos filhos. Nesse caso, *daí*, o pai da criança precisa concordar com a viagem.”

Como encaminhador de tópico, Lopes et al. (2001) consideram o *portanto* um advérbio conectivo que pode ser substituído por *assim*. Nesse caso, a frase em que o *portanto* ocorre dá continuidade ao tema/tópico discursivo, elaborando-o. Dessa forma, o último segmento do texto explicita e especifica uma informação já sugerida ou já contida no primeiro. Nesse uso, o valor conclusivo de *portanto* se mantém, mas é projetado para o plano da organização discursiva/textual, pois o advérbio conectivo sinaliza continuidade e progressão temáticas²⁸. Tem-se em (30a) e em (30b) essa relação exemplificada. Entendemos que em (30c) o *daí* não admitiria a função de articulador discursivo, mas sim a de elemento indicador de uma anáfora:

(30a) “A SIC chama-lhe “Docu-drama sobre fatos reais com algumas cenas reconstituídas” e chamar-se-á talvez “Pedro Caldeira, o último corretor”. Teremos *portanto* a utilização do próprio Pedro Caldeira como protagonista na reconstituição de cerca de cinco cenas, nomeadamente uma em que se encontra na correctora”

(30b) “A SIC chama-lhe “Docu-drama sobre fatos reais com algumas cenas reconstituídas” e chamar-se-á talvez “Pedro Caldeira, o último corretor”. Teremos *assim* a utilização do próprio Pedro Caldeira como protagonista na reconstituição de cerca de cinco cenas, nomeadamente uma em que se encontra na correctora”

(30c) “A SIC chama-lhe “Docu-drama sobre fatos reais com algumas cenas reconstituídas” e chamar-se-á talvez “Pedro Caldeira, o último corretor”. Teremos *#daí* a utilização do próprio Pedro Caldeira como protagonista na reconstituição de cerca de cinco cenas, nomeadamente uma em que se encontra na correctora”

(30d) “A SIC chama-lhe “Docu-drama sobre fatos reais com algumas cenas reconstituídas” e chamar-se-á talvez “Pedro Caldeira, o último corretor”. *Daí* teremos a utilização do próprio Pedro Caldeira como protagonista na reconstituição de cerca de cinco cenas, nomeadamente uma em que se encontra na correctora”

O fato de o *daí* funcionar como advérbio pronominal anafórico em (30c) pode ser explicado pela sua posição pós-verbal. Ao inserirmos esse elemento no início do segmento, representado em (30d), sugerimos que ele represente um encaminhador de tópico na articulação discursiva, o qual mantém um valor conclusivo e anafórico e também sinaliza continuidade e progressão temáticas, a exemplo do advérbio *portanto*.

Como fechador de tópico, as autoras consideram que o *portanto* assinala uma ancoragem no discurso precedente e introduz um comentário conclusivo que fecha o discurso. No uso do *portanto* como fechador de tópico, ele não articula duas proposições, mas recupera

²⁸ Koch (2002) cita que a progressão textual diz respeito aos procedimentos linguísticos por meio dos quais são estabelecidos diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmático-discursivas entre segmentos do texto à medida que se faz o texto progredir. Já continuidade temática, segundo a autora, se realiza pelo uso de itens lexicais pertencentes a um mesmo campo semântico. A autora relaciona a continuidade temática ao emprego adequado dos articuladores, na medida em que as relações entre os segmentos textuais que interligam ficam explicitadas, tanto as de tipo lógico-semântico quanto as de caráter discursivo-argumentativo.

toda informação expressa pelo discurso anterior e a relaciona com a informação que introduz. Nesse caso, as paráfrases mais aceitas são *em suma* e *concluindo*.

(31a) “Em uma avaliação recente dos programas de apoio ao ensino financiado pelo governo federal americano, descobriu-se que aqueles que deixavam escolas e professores fazer o que bem entendiam mostraram piores resultados do que os programas em que havia muito mais orientação e estrutura [...]. *Portanto*, fogueira para os livros chatos e mortos.”

(31b) “Em uma avaliação recente dos programas de apoio ao ensino financiado pelo governo federal americano, descobriu-se que aqueles que deixavam escolas e professores fazer o que bem entendiam mostraram piores resultados do que os programas em que havia muito mais orientação e estrutura [...]. *Em suma*, fogueira para os livros chatos e mortos.”

(31c) “Em uma avaliação recente dos programas de apoio ao ensino financiado pelo governo federal americano, descobriu-se que aqueles que deixavam escolas e professores fazer o que bem entendiam mostraram piores resultados do que os programas em que havia muito mais orientação e estrutura [...]. *Concluindo*, fogueira para os livros chatos e mortos.”

(31d) “Em uma avaliação recente dos programas de apoio ao ensino financiado pelo governo federal americano, descobriu-se que aqueles que deixavam escolas e professores fazer o que bem entendiam mostraram piores resultados do que os programas em que havia muito mais orientação e estrutura [...]. *Dáí*, fogueira para os livros chatos e mortos.”

(31e) “Em uma avaliação recente dos programas de apoio ao ensino financiado pelo governo federal americano, descobriu-se que aqueles que deixavam escolas e professores fazer o que bem entendiam mostraram piores resultados do que os programas em que havia muito mais orientação e estrutura [...]. *Então*, fogueira para os livros chatos e mortos.”

Parece-nos que o conector *daí* pode atuar como fechador de tópico, conforme (31d), em que ele é utilizado para introduzir uma informação que conclui um pensamento, o qual resume a opinião do autor. A possibilidade de uso do *então* em (31e) também sugere essa relação conclusiva.

Segundo Lopes et al. (2001), o *portanto* sinaliza, como reformulador de termos, que a informação expressa no sintagma que inicia é um comentário que reformula, parafrasticamente ou não, a informação já dada no sintagma anterior, especificando-a. Esse uso pode ser integrado no âmbito da microestruturação informacional do texto, pois se articulam dois sintagmas.

(32a) então o tecido subcutâneo...abaixo da pele *portanto*...nós vamos encontrar os elementos vasculares de::.../hormônios responsáveis pela...vasc/...irrigação...e pela inervação da glândula

(32b) ??então o tecido subcutâneo...abaixo da pele *daí*...nós vamos encontrar os elementos vasculares de::.../hormônios responsáveis pela...vasc/...irrigação...e pela inervação da glândula

Temos, em (32a), a redefinição do primeiro termo da relação. Porém, o uso do *daí* em (32b) parece ser incoerente com a proposta de significação conclusiva que percebemos no

uso do *portanto*, uma vez que o *daí* parece não aceitar ser colocado após as informações que relaciona, ou seja, numa configuração *p q daí*:

Percebemos, a partir das análises comparativas, que o *portanto* e o *daí* não atuam da mesma forma quando assumem os valores de conector e de articulador discursivo, o que demonstramos no seguinte quadro comparativo²⁹:

Atuação no discurso/conector		<i>Portanto</i>	<i>Daí</i>
Conector conclusivo		Sim. Sinaliza uma relação conclusiva no nível epistêmico e o nexos temporal entre <i>p</i> e <i>q</i> é irrelevante. Segundo ser parafraseado por <i>logo</i> . Acrescentamos as paráfrases <i>então</i> e <i>daí</i> . Ex.: (21a)	Sim. Sinaliza uma relação conclusiva no nível epistêmico. O nexos temporal pode ser relevante ou irrelevante. Aceita ser parafraseado por <i>portanto</i> , <i>logo</i> e <i>então</i> . Ex.: (21d)
Conector de causalidade		Não aceita uma leitura em termos causais estritos.	Sim. Sinaliza a relação de causalidade, desde que a informação por ele introduzida represente o efeito. Aceita a permuta com <i>por isso</i> e com <i>por causa disso</i> . Ex.: (27)
Articulador discursivo	Retomador de tópico	Sim. Ex.: (29a)	Não.
	Encaminhador de tópico	Sim. Aceita ser parafraseado por <i>assim</i> , segundo a autora, e por <i>daí</i> , de acordo com nossa análise. Ex.: (30a)	Sim, desde que pré-verbal. Aceita ser parafraseado por <i>assim</i> e por <i>portanto</i> . Ex. (30d)
	Fechador de tópico	Sim. Aceita ser parafraseado por <i>em suma</i> e <i>concluindo</i> , segundo a autora, e por <i>então</i> e <i>daí</i> , de acordo com nossa análise. Ex.: (31a)	Sim. Aceita ser parafraseado por <i>portanto</i> , <i>em suma</i> , <i>concluindo</i> e <i>então</i> . Ex.: (31d)
	Reformulador de termos	Sim. Ex. (32a)	Não.

Quadro 2: Os valores dos conectores *daí* e *portanto*

Parece-nos possível relacionar o item *daí* como conector conclusivo ao texto 6 do *corpus* deste pesquisa. Nessa ocorrência, a paráfrase com *portanto* parece aceitável, como mostramos em (33b).

²⁹ Esse quadro foi proposto com base nos valores e nos exemplos relacionados ao *portanto*. Assim, possíveis divergências entre as informações aqui expostas e as instruções relacionadas ao *daí* em sua atuação em discursos autênticos podem ser apontadas no capítulo destinado à análise da atuação deste item nos artigos de opinião.

(33a) Já foi dito e reedito que sim, o poder corrompe e, em seu grau absoluto, corrompe absolutamente. *Daí* não se deve nem se pode concluir que o ocupante eventual do poder seja, em si, um corrupto. Pode até ser um anjo imaculado, mas o exercício do poder fatalmente o obrigará a transpor os limites da ética e a violentar muitas vezes a sua própria visão do mundo e de si mesmo.

(33b) Já foi dito e reedito que sim, o poder corrompe e, em seu grau absoluto, corrompe absolutamente. *Portanto* não se deve nem se pode concluir que o ocupante eventual do poder seja, em si, um corrupto. Pode até ser um anjo imaculado, mas o exercício do poder fatalmente o obrigará a transpor os limites da ética e a violentar muitas vezes a sua própria visão do mundo e de si mesmo.

Notamos que, na ocorrência (33a), a informação “não se deve nem se pode concluir que o ocupante eventual do poder seja, em si, um corrupto”, iniciada pelo conector *daí*, é uma conclusão deduzida a partir da informação de que é o poder que corrompe, ou de que a corrupção está no poder.

Considerando as propriedades sintáticas das construções conclusivas que envolvem o conector *daí*, notamos, nas manipulações feitas com essas construções, que o *daí* não atua como conector conclusivo se usado após o verbo ou após as informações que relaciona. Observamos que ele só pode atuar como conector se utilizado no início dos constituintes, ou seja, na fronteira de ato, nos seis textos que constituem o *corpus* dessa pesquisa. Dessa forma, podemos concluir que o seu padrão de ordenação dos constituintes, tendo como base as manipulações feitas e as ocorrências do *corpus*, é *p* (causa) *daí* *q* (efeito/consequência/conclusão).

Reproduzimos no quadro 3 algumas propriedades sintáticas das construções conclusivas que utilizam o conector *portanto* apresentadas por Lopes et al. (2001), a partir das quais analisamos as estruturas sintáticas relacionadas ao conector *daí*. Tomamos como base a construção “Joana é adolescente, *portanto* é tímida”.

Conector/ Propriedade sintática	<i>Portanto</i>	<i>Daí</i>
Aceita estruturas de clivagem ou de marcação de foco	Não. Ex.: *É <i>portanto</i> tímida que a Joana é adolescente.	Não. Ex.: *É <i>daí</i> tímida que a Joana é adolescente.
Aceita inversão da ordem das proposições	Não. Ex.: * <i>Portanto</i> é tímida, a Joana é adolescente.	Não. Ex.: * <i>Daí</i> é tímida, a Joana é adolescente.
Aceita iniciar uma resposta a uma pergunta específica introduzida por um constituinte interrogativo	Não. Ex.: – Você vai ao cinema hoje? – * <i>Portanto</i> eu vou.	Não. Ex.: – Você vai ao cinema hoje? – * <i>Daí</i> eu vou à tarde.
Aceita a estrutura interrogativa quando ela se configura como uma menção a um discurso prévio a fim de questioná-lo	Sim. Ex.: A Joana é adolescente, <i>portanto</i> é reservada?	Sim. Ex.: A Joana é adolescente, <i>daí</i> é reservada?
Padrão de ordenação dos constituintes aceito	p <i>portanto</i> q (padrão preferido). (31a) p q <i>portanto</i> (que não permite a permuta com <i>logo</i>). Ex.: (32a) outras posições, desde que pós-verbais. Ex.: (30a)	p <i>daí</i> q . Ex.: (31d)

Quadro 3: Propriedades sintáticas das construções conclusivas dos conectores *daí* e *portanto*

Concluimos, a partir da análise comparativa feita neste capítulo, que o ***daí*** assume algumas das funções que Lopes et al. relacionou ao *portanto*, que são a sinalização da relação de conclusão entre os constituintes de uma construção linguística e o papel de encaminhador ou de fechador de tópico na organização textual, além daquela indicada pelas autoras, que é a sinalização da relação de causalidade entre constituintes discursivos. Através da comparação sintática das construções conclusivas em que ocorrem os conectores *portanto* e ***daí***, podemos concluir que este conector parece aceitar as mesmas restrições que o primeiro, exceto a variedade da ordenação dos constituintes, pois o ***daí*** parece atuar somente no início do constituinte discursivo.

1.2.1.2. *Du coup* / *Dai*

Como visto em 1.2.1., Bechara (1978) aproxima a significação do ***dai*** à do advérbio de orientação conclusiva *por conseguinte*. Podemos considerar, com isso, que esse conector relaciona informações de modo conclusivo, o que o aproxima do conector *portanto*, como visto no item 1.2.1.1. Em vista disso, parece-nos possível relacionar o conector ***dai*** a alguns conectores do francês, a saber: *donc* (*portanto*), *alors* (*então*), *de ce fait* (*dessa forma*) e especialmente *du coup*³⁰, que poderia, em língua portuguesa, se equivaler ao ***dai***.

O conector *du coup* é analisado por Rossari (2000a) numa pesquisa sobre conectores franceses quase-sinônimos de *donc*, a saber: *alors*, *de ce fait* e *du coup*. A pesquisadora visa, neste trabalho, identificar as restrições que eles parecem impor sobre as sequências linguísticas que articulam. Ela conclui que esses conectores são vetores de um mesmo tipo de relação, embora variem as condições de realização dessa relação. Por isso, são considerados quase-sinônimos.

Em sua pesquisa, a autora utiliza dados que, em sua maioria, constituem-se de sequências de enunciados construídos de forma a representar a norma do francês escrito. As observações feitas por Rossari sobre *donc* tratam de seu emprego dito argumentativo, consecutivo ou dedutivo. Esse emprego permite que ele pertença à classe dos conectores de consequência, o que favorece a comparação com outros conectores dessa classe. (ROSSARI, 2000a).

O estudo dos conectores quase-sinônimos do francês é feito por Rossari a partir de um olhar analítico particular. Abordamos o que entendemos ser relevante para o entendimento de sua análise e para a sua relação com ***dai***. Dessa forma, admite-se que todo enunciado torna possível uma atualização³¹ com uma proposição (conteúdo do ato). Essa atualização pode ser eliminativa – quando conduz à supressão dos mundos de um estado onde a proposição é falsa – ou não eliminativa – quando verifica que a proposição é verdadeira em ao menos um mundo e falsa em ao menos um mundo. A atualização diz respeito também a estados reais (em que os mundos que o compõem se apresentam como refletindo a realidade) ou futuros ideais (em que os mundos que o compõem se apresentam como uma realidade acolhida no futuro). O quadro a seguir relaciona o tipo de atualização e o tipo de estado ao tipo de ato ilocutório que estrutura a proposição.

³⁰ O conector francês *du coup* é muito usado na linguagem oral e em contextos informais.

³¹ Ocorre a atualização quando uma informação nova pode ser ativada a partir de uma nova interpretação de informações anteriores causada por informações e conhecimentos presentes.

	Atualização eliminativa	Atualização não eliminativa
Estados reais	asserção	Questão
Estados futuros ideais	imperativo	

Quadro 4: Atualização X Estado X Ato ilocutório

Donc, alors, de ce fait e du coup relacionam duas proposições: *p*, relativa a *X*, e *q*, relativa a *Y*. Os dois aspectos das configurações que distinguem estes conectores são a ordem da relação causal, que os diferencia quanto à aceitação do encaminhamento causal ordinário ou abduativo³², e os tipos de atos com os quais o conector pode se combinar, que os diferencia quanto à espécie de estados de informação que aceitam. Assim, a asserção, o imperativo e a questão têm suas características definidas a partir de dois aspectos dos estados de informação: o tipo do estado e sua estabilidade. Apresentamos essas características dos tipos de atos ilocutórios no quadro 5, a seguir:

	Tipo de estado	Estabilidade
Questão	Estado real (efetivo)	Não-estabilizado
Imperativo	Estado futuro ideal (não-efetivo)	
Asserção	Estado real (efetivo)	Estável

Quadro 5: Estado X Estabilidade X Ato ilocutório

Pode-se dizer que os conectores que são compatíveis com os estados não efetivos (imperativo) e não estabilizados (questão) como premissa para a garantia de uma atualização em um estado estável e efetivo (asserção) aceitam a acomodação³³, que é a transposição de uma informação de um estado a um outro.

Rossari (2000a) faz manipulações nas sequências linguísticas para testar se os conectores quase-sinônimos de *donc* aceitam as mesmas condições impostas por ele. Assim, a autora manipulou essas sequências de três formas: variando o contexto linguístico à esquerda

³² Segundo Rossari (2000), o encadeamento causal ordinário ocorre quando os acontecimentos descritos nos enunciados à esquerda e à direita do conector seguem a ordem temporal e o encadeamento abduativo é selecionado quando esses acontecimentos não seguem a ordem temporal. A abdução, conforme a autora, é uma forma de inferência que vai dos fatos constatados a uma hipótese explicativa, sendo próprio da regra abdutiva apresentar a conclusão como plausível e não como certa, como é apresentada a conclusão no caso da regra dedutiva, na qual a conclusão resulta de observação direta da realidade.

³³ Por meio da acomodação, as expressões encontram um antecedente que pode servir como premissa nos casos em que o enunciado *X* (à esquerda do conector) não é uma asserção. A noção de acomodação é utilizada para designar a convocação de toda proposição não fornecida pelo contexto linguístico (cotexto) e necessária para determinar o valor de verdade da segunda proposição do discurso.

e à direita, comparando a versão com ou sem conector e substituindo o conector *portanto* por aqueles que lhe são semanticamente próximos.

Propomos a seguir um quadro comparativo entre esses quatro conectores estudados por Rossari (2000a), no qual os efeitos dos seus empregos sobre as sequências linguísticas nas quais eles ocorrem são ressaltados. Visamos, com isso, entender o que aproxima e o que diferencia esses quatro conectores quase-sinônimos.

	Seleção de um encaminhamento causal ordinário	Seleção de um encaminhamento causal ordinário ou abduativo
Propriedade de acomodação	<i>du coup</i> (34a) Você já comprou o jornal? <i>Du coup</i> isso evitará que eu o compre. (35a) Pegue o carro! <i>Du coup</i> eu não teria necessidade de pegar o meu.	
Não propriedade de acomodação	<i>de ce fait</i> (34b) Você já comprou o jornal? ?? <i>De ce fait</i> isso evitará que eu o compre. (35b) Pegue o carro! ?? <i>De ce fait</i> eu não teria necessidade de pegar o meu.	<i>Donc e alors</i> (34c-d) Você já comprou o jornal? ?? <i>Donc</i> / ?? <i>Alors</i> isso evitará que eu o compre. (35c-d) Pegue o carro! ?? <i>Donc</i> / ?? <i>Alors</i> eu não teria necessidade de pegar o meu.
Estado não estabilizado aceito (aceita questão em Y)	<i>du coup</i> (36a) Eu não tenho mais recebido o correio há uma semana. <i>Du coup</i> será que os postos não estariam ainda em greve?	<i>Donc e alors</i> (36c-d) Eu não tenho mais recebido o correio há uma semana. <i>Donc</i> / <i>Alors</i> será que os postos não estariam ainda em greve?
Estado não estabilizado não aceito (não aceita questão em Y)	<i>de ce fait</i> (36b) Eu não tenho mais recebido o correio há uma semana. ?? <i>De ce fait</i> será que os postos não estariam ainda em greve?	
Estado não efetivo aceito (aceita imperativo em Y)		<i>donc e alors</i> (37c-d) Tente chegar na hora! <i>Donc</i> / <i>Alors</i> pegue a autoestrada. (38c-d) Meu carro está avariado. <i>Donc</i> / <i>Alors</i> chame um táxi para mim.
Estado não efetivo não aceito (não aceita imperativo em Y)	<i>du coup e de ce fait</i> (37a-b) Tente chegar na hora! ?? <i>Du coup</i> / ?? <i>De ce fait</i> pegue a autoestrada. (38a-b) Meu carro está avariado. ?? <i>Du coup</i> / <i>De ce fait</i> chame um táxi para mim.	
Configuração causal na ordem invertida aceita (aceita abdução)		<i>donc e alors</i> (39c-d) Max tem o braço engessado, <i>donc</i> / <i>alors</i> ele deve ter tido um acidente.
Configuração causal na ordem invertida não aceita (não aceita abdução)	<i>du coup e de ce fait</i> (39a-b) Max tem o braço engessado, ?? <i>du coup</i> / ?? <i>de ce fait</i> ele deve ter tido um acidente.	

Quadro 6: Relação entre as propriedades das configurações ilocutórias e causais e os conectores quase-sinônimos

Podemos entender, quanto às sequências linguísticas que articulam, que os conectores impõem as seguintes condições sobre elas:

- *Donc*: não aceita a acomodação, como vimos em (34c) e (35c), uma vez que é sistematicamente incompatível com questões à esquerda e a relação de garantia não pode se estabelecer a partir de um estado não estável (questão) ou não efetivo (imperativo); aceita a combinação imperativo-imperativo, mostrada em (37c), se o estado de coisas requerido no segundo imperativo não foi já realizado no momento da realização do primeiro; aceita a combinação asserção-questão, realizada em (36c), se o conteúdo da questão puder ser ligado numa relação causal ao conteúdo da asserção; aceita a combinação asserção-imperativo, exemplificada em (38c); e aceita a configuração causal na ordem invertida, mostrada em (39c).
- *Alors*: partilha as possibilidades de emprego de *donc*.
- *De ce fait*: é o mais restritivo dos quatro conectores, só se combinando com as asserções à esquerda e à direita.
- *Du coup*: aceita a acomodação, como vimos em (34a) e (35a); aceita a combinação asserção-questão, realizada em (36a), se o conteúdo da questão puder ser ligado numa relação causal ao conteúdo da asserção; recusa as configurações quando Y consiste em um imperativo, visualizado em (37a) e (38a); e não aceita a configuração causal na ordem invertida, construída em (39a).

Rossari (2000a) conclui que as condições que orientam o emprego de *donc* se diferem daquelas que orientam o emprego de *alors*, de *de ce fait* e de *du coup*. Quanto a este último conector, a única condição que ele compartilha com *donc* é a aceitação da combinação asserção-questão se o conteúdo da questão puder ser ligado numa relação causal ao conteúdo da asserção, exemplificadas em (36a) e (36c).

Vimos no quadro (7) que *du coup* não aceita a configuração causal na ordem invertida, ou seja, não aceita que os acontecimentos descritos nos enunciados X e Y não sigam a ordem temporal, o que vai ao encontro do que concluímos para o *daí* no item 1.2.1.1.

Rossari (2000a) acrescenta particularidades para as configurações em que se usa o *du coup*. A autora afirma que o conector francês necessita, geralmente, que a interpretação da relação entre as sequências unidas por ele seja feita com base em fatores circunstanciais e que o seu uso é adequado em toda sequência linguística em que a relação estabelecida seja causal ordinária (X causa Y). Ou seja, *du coup* pode ser usado em encaminhamentos causais ordinários ou diretos, em que o estado de coisas descrito em X, segmento que precede o

conector, é uma manifestação de uma causa, e o estado de coisas descrito em Y, segmento que o segue, é a manifestação de um efeito.

Verificamos agora se o conector **daí** pode aceitar as mesmas condições impostas às sequências linguísticas por *donc* ou por *du coup*. Para avaliar a adequação dessas sequências, consideramos a ocorrência de pelo menos uma das hipóteses seguintes. A primeira se refere à possibilidade de o **daí** ser parafraseado por pelo menos um conector conclusivo do português, como por exemplo *portanto*, *por isso* ou *logo*, e a segunda se refere à possibilidade de sinalizar uma relação de causa e efeito/consequência entre as sequências linguísticas. Assim, se o **daí** aceitar ser parafraseado por um conector conclusivo ou sinalizar uma relação de causalidade, admitimos que o seu uso seria adequado.

(34e) Você já comprou o jornal? *Daí* isso evitará que eu o compre.

(35e) Pegue o carro! *Daí* eu não teria necessidade de pegar o meu.

(36e) Eu não tenho mais recebido o correio há uma semana. *Daí/Portanto* será que os postos não estariam ainda em greve?

(37e) Tente chegar na hora! *Daí/Portanto/Logo* pegue a autoestrada.

(38e) Meu carro está avariado. *Daí/Por isso* chame um táxi para mim.

(39e) Max tem o braço engessado, *daí/portanto* ele deve ter tido um acidente.

Em (34e), o conector **daí** parece aceitar uma questão à esquerda, desde que ela seja uma constatação de uma realidade, e não uma pergunta que requer uma resposta. Podemos admitir aqui que a realidade constatada em *p*, ou seja, a compra do jornal por você, pode ser interpretada como uma causa e tem como efeito a constatação de que não é preciso ‘eu’ comprar o jornal. Consideramos, portanto, que o uso do conector **daí** é adequado nesse contexto.

Em (35e), entendemos que é possível haver uma relação de causa/consequência entre as sequências que tem como base um raciocínio inferencial. Assim, consideramos que a afirmação de que ‘eu não teria necessidade de pegar o meu’ é uma consequência interpretada no plano epistêmico, pois poderia ser conhecida a informação de que ‘se você pega o carro, eu não preciso pegar o meu’. Nesse caso, também avaliamos como adequado o uso do conector **daí**.

Em (36e), o **daí** parece aceitar a paráfrase com *portanto*. Isso pode ser explicado pelo fato de que a relação de causa e consequência entre as proposições parece operar no nível do domínio epistêmico, ou seja, seria possível chegar à pergunta ‘os postos estariam ainda em greve?’ por uma inferência dedutiva a partir do conhecimento que se tem que os postos

estavam em greve e que não se recebe o correio há uma semana. Consideramos, assim, que o **daí** pode ser usado nesse contexto como conector.

Em (37e), consideramos que a permuta de **daí** com *portanto* e *logo* evidencia a existência de uma relação de causa/consequência entre as sentenças no nível do domínio epistêmico, em que o pedido ‘Tente chegar na hora’ conduziria a uma conclusão por meio do raciocínio dedutivo ‘pegar a autoestrada o fará chegar na hora’. Entendemos como adequado o uso do conector **daí** nesse exemplo.

Em (38e), entendemos que a paráfrase com *por isso* sinaliza que há uma relação de causalidade entre as sentenças relacionadas pelo **daí**. Com isso, a informação ‘meu carro está avariado’ pode ser considerada a causa que motivou o pedido explicitado em ‘chame um táxi para mim’. Assim, entendemos como possível o uso do conector **daí** nesse exemplo.

Em (39e), admitimos a afirmação ‘Max tem o braço quebrado’ levou à conclusão fundamentada em um raciocínio inferencial a partir do conhecimento de que ‘acidentes podem levar à quebra de membros’. Assim, a permuta com *portanto* nos parece aceitável e o uso do conector **daí** pode ser considerado adequado.

Propomos um quadro comparativo entre as condições impostas por *donc*, *du coup* e **daí**.

Condição/conector	<i>donc</i>	<i>du coup</i>	Daí
Aceita a acomodação	Não	Sim	Sim
Aceita a combinação imperativo-imperativo*	Sim	Não	Sim
Aceita a combinação asserção-questão**	Sim	Sim	Sim
Aceita a combinação asserção-imperativo	Sim	Não	Sim
Aceita a configuração causal na ordem invertida	Sim	Não	Na relação de conclusão – Sim Na relação de causalidade – Não

*Se o estado de coisas requerido no segundo imperativo não foi já realizado no momento da realização do primeiro. **Se o conteúdo da questão puder ser ligado numa relação causal ao conteúdo da asserção.

Quadro 7: Condições impostas por *donc*, *du coup* e *daí*

Com base nas informações presentes no quadro 7, é possível concluir que o conector **daí** é o menos restritivo dos três, não aceitando somente a configuração causal na ordem invertida quando sinaliza uma relação de causalidade. Notamos que somente uma condição é aceita pelos três conectores, a que diz respeito à combinação asserção-questão numa relação causal entre o conteúdo da questão e o conteúdo da asserção. Logo, podemos determinar que nem todos os tipos de configuração são compartilhados por *donc*, *du coup* e **daí**, o que nos remete à conclusão de que eles são vetores de uma mesma relação, mas impõem diferentemente as restrições aos constituintes textuais que articulam. Percebemos, ainda, que

pode haver uma aproximação entre a relação de causa e consequência/efeito existente entre as sequências ligadas pelos conectores *portanto*, *daí*, *donc* e *du coup*.

1.2.1.3. Determinação das instruções do conector *daí*

Reconhecemos que não é de maneira simplista que se faz a delimitação da função de conector apontada ao *daí* que, como vimos em Tavares (2003), se movimentou ao longo de categorias cada vez mais gramaticais, passando pela dêixis, pela anáfora e pela articulação discursiva. No item 1 da Introdução, citamos que este trabalho se dedica a analisar o papel do *daí* como conector e o seu comportamento nos artigos de opinião.

Dessa forma, considerando o estudo que fizemos nos itens 1.2.1., 1.2.1.1. e 1.2.1.2., entendemos que o conector *daí* aqui investigado é compatível com uma abordagem argumentativa, sinalizando uma relação de causalidade ou de conclusão e também uma ancoragem anafórica, visto que eles se encadeiam sobre informações textuais ou na memória discursiva³⁴. Para analisar os textos que compõem o *corpus* dessa pesquisa, consideramos que este conector pode atuar explicitando tanto uma relação de causalidade quanto uma relação de conclusão, relacionando dois constituintes ou porções maiores do texto que podem exprimir as idéias de decorrência factual, de efeito, de consequência ou de conclusão baseada em uma inferência dedutiva/abdutiva. No caso em que liga porções maiores do texto, o conector estaria relacionado à organização textual.

Investigamos também o *daí* em função da organização sintática dos constituintes que ele conecta em seu uso argumentativo. Verificamos, assim, se ele aceitaria, nas ocorrências a serem analisadas no próximo item, somente a ordenação de constituintes *p daí q*, como visto em 1.2.1.1., ou se outra ordenação estaria relacionada ao seu uso como conector. Verificamos também se a sua atuação somente pode ocorrer em fronteira de ato, como citado anteriormente, ou se ele pode atuar em outra posição no interior do ato, e ainda se ele oferece indicações quanto à hierarquia dos constituintes textuais que articula.

No próximo capítulo, verificamos se as ocorrências do conector *daí* em textos autênticos são compatíveis com essas relações aqui propostas ou se ocorre algum uso ainda não previsto por nós.

³⁴ Para analisar a atuação do conector *daí* nos artigos de opinião, distinguimos a relação de causalidade, na qual o conector indica que a informação que inicia deva ser interpretada como efeito/consequência/decorrência no nível do conteúdo, da relação conclusiva, na qual o conector indica que a informação que inicia deva ser interpretada como efeito/consequência no nível epistêmico.

Capítulo 2: A forma de organização relacional

Como dito no item 2 da Introdução, a análise referente à FOR resulta da combinação de informações de natureza lexical, hierárquica e referencial. Essa forma de organização é responsável pela descrição tanto das relações textuais genéricas quanto das relações discursivas específicas que podem existir entre os constituintes dos textos e as informações em memória discursiva. Assim, orientamos o estudo dos textos que compõem o *corpus* e, mais especificamente, do conector **daí** neste capítulo para a investigação das instruções relacionadas a ele.

No item 2.1., apresentamos o modo como as informações relativas ao texto/discurso e principalmente aos conectores são tratadas na FOR para que se chegue à descrição das relações discursivas genéricas, que compõem a estrutura hierárquico-relacional.

No item 2.2., explicamos o que se relaciona ao cálculo inferencial, mecanismo de interpretação a partir do qual se descreve as relações específicas de um enunciado em função das suas propriedades linguísticas e contextuais.

No item 2.3., propomos uma análise para os trechos dos textos que compõem o *corpus* nos quais o conector **daí** é usado à luz do MAM e apresentamos a nossa conclusão quanto a essa análise.

2.1. A determinação das relações de discurso

Para a abordagem da forma de organização relacional, num primeiro momento, são descritas as relações genéricas, as quais, segundo Roulet (2001c), são suficientes para descrever todas as formas de discurso, tanto dialógico quanto monológico. Posteriormente, são determinadas, por meio de um percurso inferencial, as relações específicas existentes entre um constituinte textual e uma informação em memória discursiva.

Roulet (2001c) postulou uma lista reduzida de categorias genéricas que determinam as relações ilocucionárias e interativas; estas últimas podem ser indicadas pelos conectores. O autor cita Berrendonner (1983) ao afirmar que, para dar conta de maneira homogênea das relações, “é necessário admitir que os conectores se encadeiam sempre nas informações em memória discursiva e que eles podem ter sua fonte seja em um constituinte anterior, seja no ambiente cognitivo imediato, seja nos conhecimentos enciclopédicos dos interactantes.” (ROULET, 2001c, p.166).

Assim, as relações ilocucionárias, que são características das intervenções constitutivas das trocas, se dividem em relações ilocucionárias iniciativas (categorias genéricas de questão, de pedido e de informação) e reativas (categorias genéricas de resposta e de ratificação). As relações interativas ocorrem em intervenções complexas e, como citado anteriormente, podem ser explicitadas por algumas marcas. Dessa forma, “a noção de relação genérica está ligada à existência de classes de marcas linguísticas, como as expressões sintáticas ou os conectores” (ROULET, 2001c, p.168). De acordo com Roulet (2001c, p.167), a noção de argumento é utilizada como categoria genérica para recobrir uma das classes de relações interativas, denominadas às vezes “causa”, “explicação”, “justificação”, “consequência”, “argumento”, “argumento potencial”, “argumento suplementar”, “argumento decisivo”, que são marcados por conectores como: porque, pois, se, a menos que, mesmo, dentre outros. Podem surgir, ainda, comentários a respeito do assunto tratado no texto, reformulação de opiniões, apresentação de argumentos contrários (contra-argumentos), etc. Assim sendo, as relações interativas foram categorizadas genericamente e podem apresentar marcas, tais como:

- Nas relações de argumento: porque, pois, uma vez que, se, portanto, assim, aliás, etc.
- Nas relações de contra-argumento: mas, porém, entretanto, no entanto, embora, apesar de, mesmo que, ainda que, somente, etc.
- Nas relações de reformulação: ou seja, ou melhor, enfim, finalmente, em suma, etc.

- Nas relações de topicalização³⁵: quanto a, no que se refere a, com relação a, etc., ou o deslocamento à esquerda.
- Nas relações de sucessão: em seguida, depois, etc.

O MAM não apresenta marcas específicas que indiquem as relações de preparação, de comentário ou de clarificação. Assim, quando não for possível introduzir nenhuma marca que indique a relação interativa, ela será de preparação se o constituinte subordinado preceder o principal, será de comentário se o constituinte subordinado suceder o principal e será de clarificação se o constituinte subordinado suceder o principal e ainda for uma troca aberta por uma questão (Roulet, 2001c).

Marinho (2002) retoma Roulet (1985, 1999) quando explana sobre a relação existente entre os conectores e a hierarquia dos constituintes por eles articulados. Para este autor, os conectores oferecem indicações quanto a esta hierarquia. Por exemplo, os conectores que expressam uma relação argumentativa do tipo causal ou explicativa introduzem um constituinte subordinado, enquanto aqueles que expressam uma relação argumentativa do tipo conclusiva ou consecutiva introduzem um constituinte principal. Com base nisso, buscamos investigar, nesta pesquisa, quais instruções e quais relações interativas estariam relacionadas ao uso do conector *daí* em artigos de opinião e como ele atua na organização hierárquica dos constituintes que relaciona em um texto.

Como dito anteriormente, os textos que compõem o *corpus* da presente pesquisa são considerados monologais, visto que não há neles a presença de dois interlocutores ou dois enunciadores principais. Assim sendo, os seus constituintes não apresentam entre si relações ilocucionárias, as quais são características das intervenções que constituem as trocas. Abaixo, reproduzimos novamente a estrutura hierárquica dos atos (21-35) do texto 6, a fim de exemplificar o estudo das relações genéricas interativas. Ela apresenta relações interativas de argumento (arg), contra-argumento (c-arg) e comentário (com).

³⁵ A topicalização, para a linguística, ocorre quando um constituinte é movido para a esquerda da sentença, sendo retomado ou não em seu interior por alguma classe sintática.

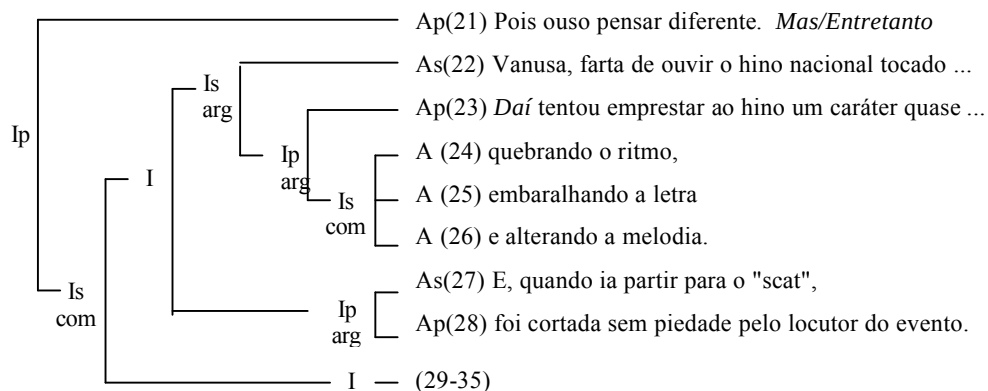


Figura 2: texto 6

A estrutura hierárquico-relacional representada na figura 2 é formada por uma intervenção principal que se liga à intervenção subordinada anterior composta pelos atos (12-20) por uma relação de contra-argumento, uma vez que o ato principal (21) inicia essa intervenção com o marcador “pois” trazendo um ponto de vista que vai de encontro ao que se apresentou na intervenção subordinada anterior. A intervenção subordinada (22-35) se liga ao Ap (21) por uma relação de comentário. Nessa Is, o Ap (23) se liga ao As (22) por uma relação de argumento, uma vez que a As (22) apresenta o que, segundo o autor, teria motivado a ação que resultou nas mudanças quanto ao hino nacional feitas pela cantora Vanusa, e o Ap (23) apresenta o seu efeito. Defendemos a hipótese de que essa relação de argumento seja indicada por **daí**.

A relação interativa de argumento que propusemos ser indicada pelo item **daí** pode ser visualizada ao substituirmos esse item pela expressão conectiva “por isso”:

(40) (22) Vanusa, farta de ouvir o hino nacional tocado compulsoriamente antes de cada competição esportiva em São Paulo, queria apenas fugir da patriotada e da cafonice. (23) *Por isso* tentou emprestar ao hino um caráter quase jazzístico...

A Is formada pelos atos coordenados (24), (25) e (26) se liga ao Ap (23) por uma relação de comentário. O As (27) e o Ap (28) se ligam por uma relação de argumento, marcada por *quando*, que sinaliza um argumento potencial.

A partir da estrutura hierárquico-relacional que a figura 2 representa, podemos visualizar a hierarquia entre os constituintes textuais do trecho recortado e as relações interativas existentes entre eles. É a partir dela que se determina a relação específica existente

entre um constituinte e uma informação em memória discursiva por meio de um percurso inferencial. No item 2.2, explicamos como ocorre esse segundo momento da organização relacional de textos.

2.2. O cálculo inferencial

A esquematização decorrente de uma análise hierárquico-relacional permite que se alcance, realizando um percurso inferencial, a descrição das relações específicas de um enunciado em função das suas propriedades linguísticas e contextuais. Roulet (2001c) aponta que, para se interpretar um texto, é importante distinguir as sequências em que a relação de argumento é marcada por um conector daquelas não marcadas, além de distinguir as relações de argumento marcadas por “visto que” daquelas marcadas por “pois”, “mesmo”, “aliás”, etc.

É importante ressaltar que o cálculo inferencial é necessário na investigação das propriedades conectivas do item *daí*, uma vez que o percurso inferencial conduziria, segundo Roulet (2001c), à interpretação específica das sequências do texto que apresentarem este item atuando como conector. Este trabalho fará, então, uma análise da organização relacional dos textos que compõem o *corpus*, a qual será o resultado da descrição das relações genéricas completada pela descrição dos percursos inferenciais que conduzem à interpretação de cada uma das sequências estudadas. A explicação para a atuação do *daí* conector na compreensão dos textos reforçaria a noção que considera os conectores como elementos que facilitam a interpretação dos enunciados em que aparecem (MARINHO, 2002).

Antes de procedermos à descrição dos percursos inferenciais, torna-se necessário explicar como fazê-los. De acordo com Marinho (2002), as inferências são definidas como informações que o leitor adiciona ao texto, levando-se em consideração elementos do texto e do contexto, além dos conhecimentos linguísticos e de mundo que o leitor apresenta. A autora cita a Teoria da Pertinência, de Sperber e Wilson (1986/95), ao afirmar que o autor precisa apresentar para o texto um contexto com o qual o enunciado irá interagir, produzindo implicações contextuais que facilitem a sua interpretação pelo leitor. Assim, o contexto é construído ao longo do processamento das informações, consistindo num conjunto de suposições que emanam do ambiente físico, do mecanismo dedutivo, da memória enciclopédica do indivíduo, da memória de curto-termo, etc. (MARINHO, 2002). Dessa forma, quanto menor for o esforço cognitivo que o leitor fizer para compreender um texto e produzir inferências relacionadas ao seu contexto, mais pertinentes serão as informações apresentadas no texto. Pode-se concluir, então, que a pertinência deve ser considerada na construção do contexto de um enunciado.

O MAM propõe que o cálculo inferencial seja feito considerando-se as contribuições da Teoria da Pertinência, que propõe a forma lógica e a forma proposicional. Para descrever o percurso inferencial que conduz à interpretação de uma proposição, por exemplo, postula-se o

envolvimento de um mecanismo inferencial o qual possui duas fases: a primeira se pauta num processo de explicitação, em que os referentes dos pronomes e das expressões definidas são identificados, e a segunda fase consiste num processo de implicação, que conduz à interpretação do enunciado, realizada a partir da combinação da proposição obtida na primeira fase com as informações linguísticas e referenciais (MARINHO, 2002).

2.3. Análise do *corpus* do ponto de vista da organização relacional

A análise do papel do item *daí* em artigos de opinião na indicação de relações discursivas que podem se estabelecer entre constituintes textuais e informações da memória discursiva é feita a partir das estruturas hierárquico-relacionais propostas para os textos que compõem o *corpus*, observando-se principalmente os trechos em que o *daí* é usado.

Como dito anteriormente, os conectores são considerados por Roulet (2001) como os responsáveis pelas instruções a serem recuperadas na memória discursiva para que o discurso seja interpretado. Segundo o modelo de análise modular, eles dão indicações tanto para a segmentação do discurso em atos que são representados nas estruturas hierárquicas quanto para o estatuto do constituinte (principal ou subordinado) que introduzem.

De acordo como o MAM, os conectores marcam as relações interativas entre os constituintes textuais. Marinho (2002) cita Roulet et al. ao afirmar que os conectores se diferenciam quanto às suas propriedades gramaticais – pertencem às categorias sintáticas dos advérbios e das conjunções de coordenação e de subordinação – e pragmáticas – marcam um constituinte principal ou subordinado, introduzem argumento, contra-argumento ou reformulam atos ou intervenções. A partir dos postulados do modelo, pode-se afirmar que alguns conectores argumentativos marcam constituintes subordinados, como *pois*, *porque* e *já que*, enquanto outros marcam um constituinte principal, como *portanto*, *por isso* e *de modo que*. Os conectores contra-argumentativos podem introduzir constituintes principais (*mas*, *porém*, *entretanto*) ou subordinados (*embora*, *ainda que*, *mesmo que*), os conectores reformulativos marcam um constituinte principal e os de topicalização, um constituinte subordinado (MARINHO, 2002).

Na estrutura hierárquico-relacional dos trechos dos textos, explicitamos a nossa interpretação quanto à hierarquia e às relações discursivas genéricas dos trechos em que o *daí* ocorre. Dessa forma, para analisarmos a organização relacional de um desses trechos, primeiro descrevemos as relações discursivas interativas, explicitadas na estrutura hierárquico-relacional dos textos. Posteriormente, passamos à descrição das relações específicas existentes entre um constituinte e uma informação em memória discursiva a partir das propriedades inferenciais dos conectores e das informações de ordem hierárquica e referencial. Os conectores têm um papel fundamental nessa etapa, visto que indicam a forma de tratamento das informações por eles conectadas e o que elas implicam nos contextos possíveis de serem inferidos a partir dos segmentos de texto em que eles se encontram (MARINHO, 2002, p.93).

A descrição do percurso inferencial feita por Roulet (2001c, p.195) pode ocorrer de maneira informal e indicativa. Marinho (2002) aponta que primeiro formulam-se uma ou duas premissas a partir de informações linguísticas (uma informação linguística ou uma informação linguística enriquecida), depois formulam-se outras duas premissas: uma a partir da informação lexical e gramatical do conector, ou seja, da instrução que ele oferece, e a segunda a partir de informações de ordem referencial. A interpretação da sequência em que ocorre o conector bem como do seu papel na interpretação do enunciado pelo leitor se faz com a combinação de todas essas premissas. Dessa forma, combinam-se informações linguísticas e referenciais para se interpretar uma sequência.

Para descrever a organização relacional dos trechos em que o *daí* aparece, enfocamos primeiro os casos em que ele parece atuar como sinônimo de *disso*, sinalizando uma decorrência, depois analisamos os casos em que ele parece aceitar ser parafraseado por *portanto*, sinalizando uma relação de conclusão e, por último, os casos em que ele parece aceitar a paráfrase *por isso*, sinalizando uma relação de causalidade.

2.3.1. O *daí* empregado como marcador da relação de argumento

Nos textos apresentados no *corpus* relativo a este trabalho, o *daí* pode ter seu uso relacionado à introdução de um constituinte que se liga ao anterior por uma relação de argumento. Nesses casos, o conector pode indicar a existência de uma relação de causalidade ou de conclusão entre os constituintes, introduzindo uma informação que represente uma decorrência factual, um efeito/consequência ou uma conclusão baseada em uma inferência dedutiva/abdutiva em relação a uma informação anterior.

Como citado em 1.2.1., o uso anafórico e, portanto, referencial de *daí* consiste em indicar, entre as sequências que ele une, uma ligação com algum tipo de informação que se encontra no cotexto e/ou pode ser ativada em memória discursiva. Por isso, entendemos que o *daí*, atuando como operador discursivo, mantém ainda o valor anafórico.

Com os esquemas hierárquico-relacionais que descrevemos a seguir, propomos demonstrar que o *daí* introduz uma informação que se relaciona com uma informação já dada e com a qual mantém uma das relações citadas anteriormente, além de analisarmos o seu funcionamento na articulação discursiva. Na figura 3, representamos um trecho do texto 1 em que o *daí* inicia um ato que, no nosso entendimento, mantém uma relação de argumento não com um constituinte anterior, mas com um conjunto de informações dadas anteriormente.

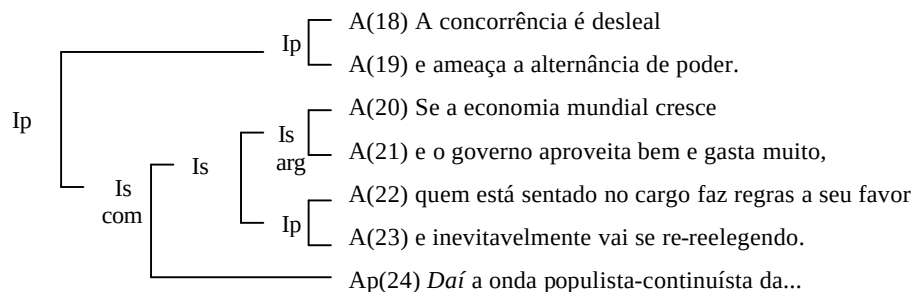


Figura 3: texto 1

Uma das possibilidades de descrição dessa intervenção é a seguinte: ela é formada por uma Ip (18-24) à qual se ligam duas intervenções. A Is (20-24) se liga à Ip (18-19) por uma relação de comentário. Constituindo a Is (20-24), tem-se um Ap (24) que se liga à Is (20-23) por uma relação que interpretamos ser de argumento³⁶.

³⁶ Não descrevemos sistematicamente todas as relações textuais interativas que podem existir entre os constituintes textuais. Atemos-nos às relações que estão relacionadas ao ato que o *daí* inicia.

O item **daí** encabeça o Ap (24), no qual o autor retoma informações dadas anteriormente e as liga às informações que introduz numa relação que interpretamos ser de decorrência factual. A combinação das informações expressas nos atos (20-23) com a informação introduzida no Ap (24) resulta na interpretação de que “a onda populista-continuista da América do Sul” ocorre em decorrência do fato de que, se há uma situação favorável e ela é aproveitada, “quem está sentado no cargo faz regras a seu favor e inevitavelmente vai se re-reelegendo”. Podemos considerar que essa decorrência da onda populista-continuista da América do Sul em função da situação apresentada na Is (20-23) é provável ou possível de acontecer, e não uma consequência lógica dessa situação.

Consideramos que o **daí** pode ser sintaticamente interpretado, nesse trecho, como um advérbio pronominal anafórico que faz referência a uma ideia contida num antecedente. Nesse caso, esse antecedente se trata de todo o conteúdo da Is (20-23), presente na memória discursiva do leitor e que o autor retoma ao usar o conector. Na organização relacional do texto, avaliamos que o **daí**, ao iniciar o ato, tem a função de marcar uma relação de argumento que liga o constituinte principal que inicia ao constituinte anterior. Nessa ocorrência, o conector poderia ser parafraseado por *disso (decorre)* por sinalizar uma decorrência factual, como exemplificamos a seguir.

(41) (18)A concorrência é desleal (19) e ameaça a alternância de poder. (20) Se a economia mundial cresce (21) e o governo aproveita bem e gasta muito, (22) quem está sentado no cargo faz regras a seu favor (23) e inevitavelmente vai se re-reelegendo. (24) *Disso (decorre)* a onda populista-continuista da América do Sul.

No trecho que representamos na figura 4 abaixo, há outra ocorrência do conector **daí** na qual interpretamos que a relação explicitada por ele é uma relação de argumento.

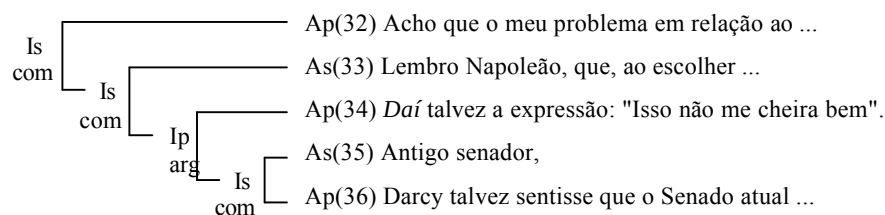


Figura 4: texto 2

Compreendemos que o conector **daí** aparece, na Is (32-36), no início de um ato principal. No Ap (34), o autor retoma a informação expressa no ato anterior, a de que

Napoleão dizia optar por auxiliares com nariz grande porque eram capazes de maior absorção de cheiros, para apresentar que é desse fato narrado que talvez tenha decorrido a expressão “Isso não me cheira bem”. Essa decorrência é novamente considerada como provável ou possível, como indica o modalizador *talvez*, e não como certa.

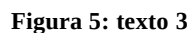
O conector **daí**, nesse trecho, é por nós interpretado como um advérbio pronominal anafórico que retoma como “lugar” – que não é físico, mas uma ideia – o que foi apresentado ao leitor no constituinte anterior e, na organização relacional do trecho, teria a função de indicar uma relação de decorrência factual entre o constituinte que introduz e o que sucede. Poderíamos substituir o conector **daí**, também nesse uso, por *disso (decorre)*, sinalizando assim a decorrência factual que entendemos ocorrer.

(42) (32) Acho que o meu problema em relação ao Darcy é que, entre outras qualidades que me faltam, não sei cheirar. (33) Lembro Napoleão, que, ao escolher auxiliares civis ou militares, dizia preferir aqueles que tivessem nariz grande, capazes de maior absorção de cheiros. (34) *Disso (decorre)* talvez a expressão “Isso não me cheira bem”. (35) Antigo senador, (36) Darcy talvez sentisse que o Senado atual não está cheirando bem.

A descrição do percurso inferencial que fazemos a partir do trecho destacado do texto 2, considerando apenas os atos (33) e (34), relacionados pelo conector **daí**, favorece a interpretação das suas instruções em função da decorrência factual:

Premissa 1	informação linguística enriquecida	O autor afirma ao leitor que Napoleão dizia preferir como auxiliares pessoas com nariz grande por serem capazes de uma maior absorção de cheiros que as que tivessem nariz pequeno.
Premissa 2	informação linguística enriquecida	O autor afirma ao leitor que a expressão “Isso não me cheira bem” pode ter surgido a partir da situação lembrada por ele.
Premissa 3	instrução lexical (instrução do daí)	O daí é utilizado para retomar uma informação dada no constituinte anterior e/ou presente na memória discursiva como um ideia/situação e para introduzir outra informação que mantenha com a primeira uma relação de decorrência provável ou possível.
Premissa 4	informação referencial	Do fato de Napoleão dizer ter preferência por determinado tamanho de nariz surgiu, talvez, o uso da expressão linguística popular e metafórica “Isso não me cheira bem”.
Conclusão	interpretação	O autor afirma ao leitor que do fato de que Napoleão dizia preferir como auxiliares pessoas com nariz grande por serem capazes de uma maior absorção de cheiros decorreu talvez a expressão “Isso não me cheira bem”.

Na figura 5, o *daí* introduz um constituinte principal estabelecendo uma relação que interpreto também ser de argumento.



72

de conclusão é reforçada pelo fato de que o **daí** poderia ser substituído por *portanto* nessa sequência linguística.

(43) (06)O que isso significa? (07) Que, se a comissão apontar o Rafale como "mais pontuado", (08) será um alívio geral para Jobim, Amorim, Marco Aurélio Garcia e principalmente Lula, que já deram mil indicações de que preferem o francês.
(09) Mas, e se a comissão indicar o F-18 ou o Gripen? (10) Vai ser uma saia justa, com Lula numa situação desconfortável: (11) ou ele escolhe o Rafale assim mesmo (12) e diz, com todas as letras, que a opção é política e prerrogativa dele, (13) ou desiste do projeto original (14) e fica com o indicado.
(15) *Portanto*, a confusão continua.

Com base na ocorrência representada na figura 5, consideramos o **daí** como um advérbio pronominal anafórico pelo fato de ele fazer referência a informações anteriores, ativando-as em memória discursiva, e entendemos que ele atua na organização relacional como um indicador da relação de argumento.

Em mais um trecho em que o conector **daí** é usado, apresentado na figura 6, analisamos a presença desse item acerca da relação que ele parece indicar na ligação de constituintes.

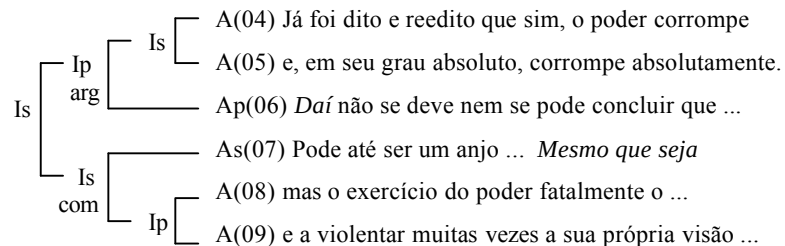


Figura 6: texto 4

Nesta representação da organização relacional de parte do texto 4, tem-se uma intervenção subordinada que é formada por duas outras intervenções. A Ip (04-06) é marcada pela relação de entendemos ser de argumento, existente entre o Ap (06) e a Is (04-05). No As (07), a expressão *pode até ser* poderia ser interpretada como tendo uma semelhança semântica com *mesmo que seja* ou *ainda que seja*, orientando para o entendimento de que existe uma relação contra-argumentativa entre o As (07) e a Ip (08-09).

Na intervenção representada na figura 6, consideramos o conector **daí**, presente no início do Ap (06), como um advérbio pronominal anafórico que retoma uma informação presente na intervenção subordinada anterior formada pelos atos (04) e (05) como uma ideia da qual não se poderia concluir algo. Ele se refere à afirmação de que “o poder corrompe e,

em seu grau absoluto, o faz absolutamente”, a qual valida a conclusão do autor de que “não se pode concluir que um ocupante eventual do poder seja, em si, um corrupto”, Essa conclusão tem como base uma inferência dedutiva, visto que é certo que não se deve nem se pode concluir que um ocupante eventual do poder seja, em si, um corrupto porque é o poder que corrompe.

Consideramos, assim, que o conector **daí** atua na organização relacional do trecho como um indicador de uma relação interativa de argumento. Ele aceita ser parafraseado por *portanto*, o que reforça nossa tese de que ele indica uma relação de conclusão.

(44) (04) Já foi dito e reedito que sim, o poder corrompe (05) e, em seu grau absoluto, corrompe absolutamente. (06) *Portanto* não se deve nem se pode concluir que o ocupante eventual do poder seja, em si, um corrupto. (07) Pode até ser um anjo imaculado, (08) mas o exercício do poder fatalmente o obrigará a transpor os limites da ética (09) e a violentar muitas vezes a sua própria visão do mundo e de si mesmo.

A descrição do percurso inferencial que orienta a interpretação do trecho em que o **daí** é utilizado, especialmente o trecho que compreende os atos (04-06) permite que entendamos o seu comportamento no texto como indicador de uma relação de conclusão.

Premissa 1	informação linguística enriquecida	O autor afirma ao leitor que o poder corrompe e, em seu grau absoluto, corrompe absolutamente.
Premissa 2	informação linguística enriquecida	O autor afirma ao leitor que não se deve nem se pode concluir que um ocupante eventual do poder seja, em si, um corrupto.
Premissa 3	instrução lexical (instrução do daí)	O daí é usado tanto para retomar uma informação presente no cotexto e ativá-la em memória discursiva quanto para introduzir uma informação que se relaciona com aquela retomada por ele de maneira conclusiva com base numa inferência dedutiva.
Premissa 4	informação referencial	A corrupção está vinculada ao poder, e não na pessoa que ocupa eventualmente uma posição de poder.
Conclusão	interpretação	O autor afirma ao leitor que o poder corrompe, e pode corromper absolutamente. Daí/Portanto não se pode concluir que o ocupante eventual do poder seja, em si, um corrupto.

Chegamos à interpretação de que o autor afirma ao leitor que o poder corrompe, e pode corromper absolutamente. **Daí/Portanto** não se pode concluir que o ocupante eventual do poder seja, em si, um corrupto a partir da interpretação das instruções relativas ao uso do **daí**. A conclusão à qual chegamos ao expormos a descrição do percurso inferencial remete

para a existência da relação de conclusão baseada numa inferência dedutiva entre os constituintes ligados pelo conector. Assim, consideramos que o conector indica a relação interativa de argumento.

A descrição da organização relacional representada na figura 7 nos leva a analisar o uso do **daí** como um marcador da relação interativa de argumento.

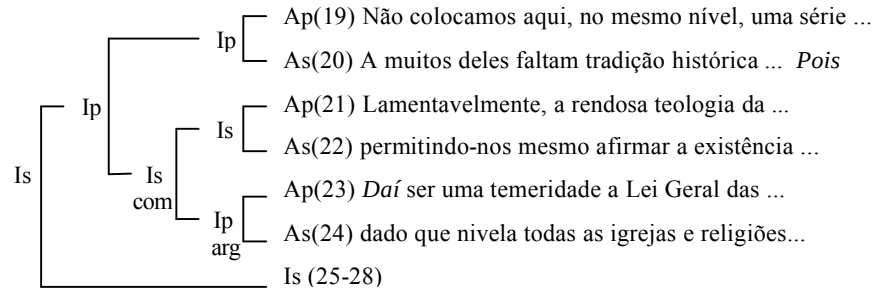


Figura 7: texto 5

O conector **daí**, que inicia o Ap(23), encabeça uma intervenção principal, retomando o que está explicitado na Is (21-22). A informação nela expressa, de que a existência de uma rendosa teologia da prosperidade tem motivado a criação de muitas “igrejas” e permite a afirmação de que existe um perigoso mercado da fé, é retomada no texto ou ativada na memória discursiva do leitor como uma causa que tem como efeito para o autor o fato de a Lei Geral das Religiões ser uma temeridade. Assim, entendemos que o **daí** indica uma relação de causalidade entre os constituintes na qual, o efeito é dado como certo, uma vez que uma lei que não distingue as religiões num lugar em que a rendosa teologia da prosperidade tem motivado a criação de muitas “igrejas” e no qual existe um perigoso mercado da fé deve ser considerada como imprudente.

Consideramos *por isso* como uma paráfrase possível para o **daí**, o que ressalta sua função de indicador da relação da causalidade.

(45) (19) Não colocamos aqui, no mesmo nível, uma série de movimentos religiosos que se autodenominam "igrejas". (20) A muitos deles faltam tradição histórica e todo um arcabouço que os configure como igreja.

(21) Lamentavelmente, a rendosa teologia da prosperidade tem sido motivadora da criação de inúmeras "igrejas", (22) permitindo-nos mesmo afirmar a existência de um perigoso mercado da fé. (23) *Por isso* ser uma temeridade a Lei Geral das Religiões, que está no Congresso para ser votada, (24) dado que nivela todas as igrejas e religiões, sem distinguir umas das outras.

No plano sintático, consideramos que o **daí** seja um advérbio pronominal anafórico, por fazer referência a uma informação anterior, e admitimos o seu uso como conector que relaciona informações numa relação de argumento quando consideramos seu papel na organização relacional do trecho.

Representamos novamente a figura 2, exposta em 2.1. Nela, o **daí** inicia uma intervenção que, a nosso ver, se relaciona ao ato anterior por uma relação de argumento.

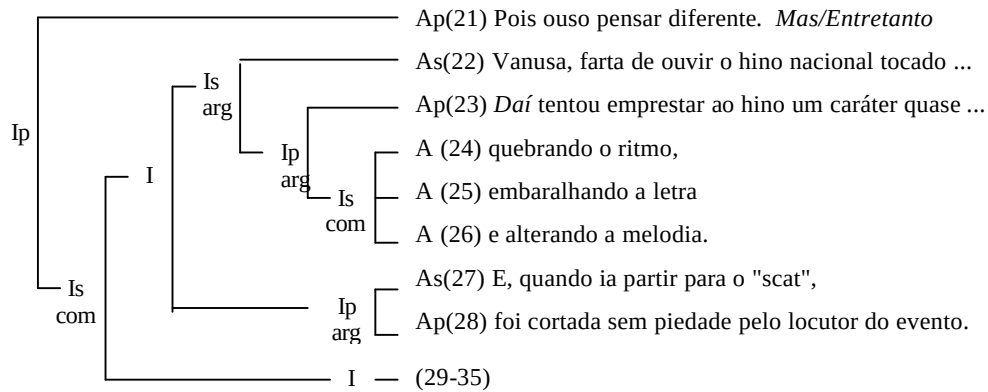


Figura 2: texto 6

Entendemos que o conector **daí**, ao iniciar o ato principal (23), estabelece uma relação de argumento entre a Ip (23-26) e o As (22). A informação explicitada no As (22) é retomada pelo conector como a causa que desencadeou as mudanças feitas pela cantora Vanusa quanto ao hino nacional. Assim, na Ip (23-26), o **daí** introduz o efeito causado pela vontade de Vanusa de fugir da patriotada e da cafonice: tentar emprestar ao hino um caráter quase jazzístico, quebrando o ritmo, embaralhando a letra e alterando a melodia. Notamos que esse efeito não é certo, apenas provável ou possível, uma vez que não podemos afirmar que a vontade da cantora cause somente esse efeito.

O conector, nesse caso, poderia ser substituído por *por isso*, reforçando a nossa interpretação de que o **daí** atua sinalizando a relação de causalidade entre dois constituintes, podendo ser considerado um indicador da relação de argumento.

(46) (22)Vanusa, farta de ouvir o hino nacional tocado compulsoriamente antes de cada competição esportiva em São Paulo, queria apenas fugir da patriotada e da cafonice. (23) *Por isso* tentou emprestar ao hino um caráter quase jazzístico, (24) quebrando o ritmo, (25) embaralhando a letra (26) e alterando a melodia.

Entende-se, nessa ocorrência, que o **daí** atua sintaticamente como advérbio pronominal anafórico e, no plano organizacional do discurso, como um indicador da relação de argumento. A descrição do percurso inferencial auxilia-nos a entender a atuação do item **daí** como sinalizador da relação de causalidade construída entre os constituintes (22-26) da estrutura hierárquico-relacional representada acima.

Premissa 1	informação linguística enriquecida	O autor afirma ao leitor que Vanusa queria apenas fugir da patriotada e da cafonice.
Premissa 2	informação linguística enriquecida	O autor afirma ao leitor que a cantora tentou emprestar ao hino um caráter quase jazzístico, quebrando o ritmo, embaralhando a letra e alterando a melodia.
Premissa 3	instrução lexical (instrução do daí)	O daí é usado para introduzir uma informação que representa um efeito em relação a uma informação expressa anteriormente, a qual ele retoma como uma causa.
Premissa 4	informação referencial	Vanusa queria mudar o hino nacional para fugir da patriotada e da cafonice, e o efeito disso foi a tentativa de emprestar a ele um caráter quase jazzístico, alterando o ritmo, a letra e a melodia.
Conclusão	interpretação	O autor afirma ao leitor que Vanusa queria apenas fugir da patriotada e da cafonice. Daí/Por isso tentou emprestar a ele um caráter quase jazzístico, alterando o ritmo, a letra e a melodia.

A análise do uso de **daí** permitiu que chegássemos à interpretação de que *o autor afirma ao leitor que Vanusa queria apenas fugir da patriotada e da cafonice. Daí/Por isso tentou emprestar a ele um caráter quase jazzístico, alterando o ritmo, a letra e a melodia.* Percebemos, por meio do cálculo inferencial explicitado no percurso acima, que o conector tem a função de indicar uma relação de causalidade (causa/efeito) entre os constituintes por ele conectados, indicando na organização relacional do trecho a relação de argumento.

A partir dessas análises das organizações relacionais e da descrição dos percursos inferenciais, relacionadas ao uso do conector **daí** em artigos de opinião, interpretamos o seu funcionamento discursivo e chegamos a uma conclusão sobre sua atuação na relação de constituintes, a ser explicitada no próximo item.

2.3.2. Conclusão do ponto de vista da organização relacional

A análise das organizações relacionais e a descrição dos percursos inferenciais que elucidam a interpretação dos trechos em que ocorre o **daí**, feitas em 2.3.1., nos levam a considerar que o conector indica a relação de argumento entre constituintes e informações em memória discursiva. Essa relação argumentativa ocorre de três formas diferentes. O **daí** marcador da relação de argumento pode sinalizar uma relação de decorrência factual quando aceita ser parafraseado por *disso (decorre)*, como nos textos 1 e 2, uma relação de conclusão, podendo ser substituído por *portanto* nos textos 3 e 4 sem alteração de sentido do texto e pode sinalizar uma relação de causalidade, aceitando como paráfrase o conector *por isso*, como ocorre nos textos 5 e 6.

Consideramos também que o conector **daí** é responsável por uma ancoragem anafórica, uma vez que retoma uma informação anterior e a aciona em memória discursiva.

Concluimos, assim, a partir da análise sobre o uso de **daí** em artigos de opinião, que este item pode atuar como conector que indica uma relação de decorrência factual, de causalidade ou de conclusão e que ele, como um elemento indicador de uma anáfora, se refere a informações anteriores ou presentes na memória discursiva dos interlocutores.

Observamos o conector **daí** quanto às informações textuais que ele retoma e chegamos à conclusão de que, dos seis textos analisados no item 2.3.1., em quatro deles o **daí** retoma informações reduzidas ou mais pontuais que compõem um ou dois constituintes anteriores e, nos outros dois, essa retomada é baseada em uma(s) ideia(s) exposta(s) em vários constituintes anteriores a ele. Isso nos leva a concluir que o conector **daí** pode atuar articulando tanto informações presentes em constituintes próximos uns dos outros quanto informações presentes em porções maiores do discurso.

A interpretação do **daí** como indicador da relação de causalidade, de decorrência factual ou de conclusão nos permite observar a existência de um nexos temporal que ordena a manifestação de cada uma dessas relações. Isto é, a informação que precede o conector está situada num tempo anterior à informação que sucede o conector. Com base nisso, podemos concluir que o conector, nas ocorrências relativas aos textos do *corpus*, necessita que a informação anterior a ele sirva de base/garantia para que a informação que ele introduz possa representar um efeito, uma decorrência ou uma conclusão.

Quanto à organização sintática dos constituintes relacionados pelo **daí**, verificamos que ele sempre relaciona a informação anterior, que pode ser específica ou relacionada a vários constituintes, à informação que ele inicia. Com isso, o padrão de ordenação relacionado

ao uso do conector **daí** pode ser definido, com base na análise dos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa, em *p daí q*, como previmos no item 1.2.1.1.

Observamos também, na análise dos textos, que a atuação do conector em todos os segmentos textuais que relaciona apresenta um comportamento parecido. Isso foi concluído a partir da constatação de que, nos seis textos que compõem o *corpus*, o conector foi usado para iniciar o segmento que é admitido como decorrência/efeito/conclusão. Assim, com base nessa constatação, concluímos que o **daí** atua em fronteira de ato, iniciando o segundo segmento da sequência linguística em que ele é usado quando assume a função de conector argumentativo e conferindo a ele o estatuto de principal.

Verificamos, como citado anteriormente, que o item **daí** atua como conector conclusivo e aceita paráfrases com o conector conclusivo *portanto*, o que confirma a nossa hipótese proposta no item 1 da Introdução, que diz respeito a sua atuação como conector conclusivo e a sua aproximação semântica com o *portanto*, uma vez que ambos os conectores assinalam ao interlocutor que a proposição que introduz deve ser lida/interpretada como uma conclusão que se baseia num raciocínio inferencial.

No item 1.2.1.3., citamos que a verificação da relação de causalidade em relação ao **daí** seria também considerada na análise do *corpus*, visto que ela foi concebida como possível em 1.2.1.1. e em 1.2.1.2. Assim, as substituições que indicam *por isso* como um elemento que pode ter um sentido aproximado do conector **daí** nos levam a concluir que este tem uma aproximação semântica com o conector francês *du coup* estudado por Rossari (2000a), o qual também sinaliza uma relação de causa e efeito entre as sequências linguísticas conectadas. Outra semelhança entre o **daí** e o *du coup* diz respeito à imposição desses conectores de que haja um nexo temporal entre os constituintes relacionados por eles. Mas constatamos que essa propriedade de indicar a relação de causalidade diferencia o **daí** do conector conclusivo *portanto*, visto que este não admite a relação causal no nível do domínio do conteúdo.

A conclusão de que o conector **daí** atua como introdutor de informações que representem a decorrência, o efeito e a conclusão em relação a informações anteriores vai ao encontro do que Tavares (2003) concluiu sobre o uso do **daí** na modalidade oral de língua falada em Florianópolis, visto que a autora cita que o **daí** oral pode ser usado na introdução de efeito, como visto em 1.2.1.

Em suma, esta pesquisa sobre o **daí** atuando na linguagem escrita como conector confirmou a nossa hipótese inicial de que ele atua como conector conclusivo e confirmou ainda a complementação proposta para essa hipótese, a qual diz respeito à indicação da relação de causalidade. As análises feitas a partir dos artigos de opinião que compõem o nosso

corpus ainda nos permitem afirmar que ele é um elemento complexo e que pode, talvez, ter outros comportamentos discursivos em outros textos da língua portuguesa.

Considerações finais

Nesta pesquisa, propomo-nos a investigar o modo de atuação do item **daí** como um conector utilizado em contextos argumentativos e com um sentido que poderia, a princípio, estar relacionado à indicação de uma relação conclusiva. Utilizamos o Modelo de Análise Modular do discurso para analisar, em artigos de opinião, o papel discursivo do **daí** na construção de relações argumentativas entre constituintes do texto e informações em memória discursiva.

O nosso objetivo central era descrever as propriedades do conector **daí** explicando como a relação argumentativa por ele indicada poderia ser interpretada pelo leitor do texto. As dimensões textual e linguística e a forma de organização relacional se tornaram fundamentais na análise dessa relação, uma vez que permitiram a descrição dos constituintes dos textos e o estudo das relações discursivas interativas neles presentes.

Ao analisar a atuação do **daí** em contextos argumentativos, confirmamos a hipótese proposta neste trabalho de que ele atua como conector e como advérbio pronominal anafórico, visto que ele indica uma relação no discurso e se refere a uma informação dada anteriormente. Assim, com base na análise realizada, concluímos que este conector estabelece relações diferentes, embora com uma semelhança instrucional: indicar a informação introduzida pelo conector como uma decorrência, um efeito ou uma conclusão.

Ao analisar o funcionamento do **daí**, apresentamos que este item pode atuar no discurso como um conector que indica, sinaliza ou explicita uma relação de decorrência, de causalidade ou de conclusão. Entendemos com isso que o **daí** está de fato implicado na organização do texto, sendo usado como um elemento argumentativo. Assim, a nossa conclusão final mostrou, por um lado, que o conector apresenta um comportamento discursivo que corrobora a nossa hipótese inicial, a qual se refere ao seu papel na indicação de uma conclusão, confirmando que ele pode atuar em contextos conclusivos de modo semelhante a *portanto*. Por outro lado, a relação de causalidade e a necessidade de que a causa anteceda no tempo o efeito, previstas nos itens 1.2.1.1. e 1.2.1.2., também se confirmaram nas ocorrências analisadas, sinalizando assim uma semelhança instrucional entre o conector **daí** e o conector francês *du coup*. E a relação de decorrência, que também se efetivou nos textos, sinalizou para um resultado que não é certo, mas provável ou possível de ocorrer. Com isso, parece-nos que a proposta de descrição da atuação desse item nos textos que compõem o *corpus* foi cumprida.

Do ponto de vista relacional, procuramos demonstrar, com a análise sobre as estruturas hierárquico-relacionais dos trechos em que o **daí** era utilizado, que ele tem o papel de marcador da relação interativa de argumento. Assim, consideramos que ele atua sobre o estatuto do constituinte, uma vez que, por causa do tipo de relação interativa que explicita, introduz sempre um constituinte principal. A partir da relação argumentativa construída entre os constituintes e informações em memória discursiva, descrevemos as instruções relacionadas à utilização deste conector como articulador discursivo:

(i) retomar uma informação dada no constituinte anterior e/ou presente na memória discursiva e introduzir outra informação que mantenha com a primeira uma relação de decorrência provável ou possível;

(ii) retomar uma informação presente no cotexto e ativá-la em memória discursiva e introduzir uma informação que se relaciona com aquela retomada por ele de maneira conclusiva com base numa inferência dedutiva;

(iii) introduzir uma informação que representa um efeito em relação a uma informação expressa anteriormente, a qual ele retoma como uma causa.

Tais instruções evidenciaram a ancoragem anafórica que é admitida pelo conector. Podemos afirmar, com isso, que ele não perdeu a instrução adverbial locativa, mas que esta se somou a sua função argumentativa.

Do ponto de vista sintático/estrutural, observamos que o conector **daí** atua sempre em fronteira de ato, ou seja, que ele sempre inicia o constituinte no qual o conteúdo representa a decorrência, a conclusão ou o efeito. Percebemos, ainda, que a estruturação da sentença em que ele ocorre é *p daí q*, corroborando com o que foi determinado em 1.2.1.1..

Consideramos importante comentar que o uso do **daí** em contextos argumentativos e escritos, teoricamente formais, como o artigo de opinião, parece-nos uma estratégia do autor de dar ao texto um acabamento menos complexo, a fim de tornar a leitura do artigo mais simples e gostosa. Percebemos que a maioria dos artigos analisados se estrutura de maneira pouco complicada, com frases curtas e vocabulário acessível. Talvez por isso o uso do **daí** esteja tão difundido nesses gêneros.

Foi interessante notar que o item **daí** pode atuar como advérbio dêitico ou anafórico ao mesmo tempo em que ocorre como indicador de relações discursivas. Como dito anteriormente, essa variedade de usos e até mesmo de sentidos provocou a vontade de entender sua atuação na articulação da argumentação, ainda não descrita com objetividade.

Investigamos, nessa pesquisa, como o **daí** orienta a relação de argumento a partir de um modelo teórico que se adequou a nossa proposta de análise, facilitando e tornando possível a compreensão de um objeto de estudo que consideramos tão complexo. Acreditamos que o objetivo do trabalho foi cumprido, pois o funcionamento discursivo do item **daí** nos artigos de opinião por nós analisados foi descrito de maneira satisfatória, embora entendamos que outras ocorrências desse item são ainda passíveis de análise, como, por exemplo, o marcador conversacional. Mas essa é uma proposta para trabalhos futuros.

Bibliografia

BECHARA, Evanildo. *Lições de Português pela análise sintática*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1978.

BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. 1. ed. 4. reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BERRENDONNER, A. Connecteurs pragmatiques et anaphores, *Cahiers de linguistique française* 5, 1983, p. 215-246.

DICIONÁRIO Aulete: verbete daí. Disponível em:
http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=loadVerbetes&palavra=da%ED. Acesso em 16 de maio de 2010

DICIONÁRIO Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa: verbete daí. Disponível em:
<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=daí>>. Acesso em 16 de maio de 2010

FILLIETTAZ, Laurent. La dimension référentielle. In: ROULET E., FILLIETTAZ, L. & GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Lang, 2001, p. 97-137.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, c2002.

LOPES, Ana Cristina Macário; PEZATTI, Erotilde Goreti; NOVAES, Norma Barbosa. *As construções com portanto no português europeu e no português brasileiro*. SCRIPTA, Belo Horizonte, v.5, n.9, 2001, p. 203-218, 2º sem.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.

MARINHO, Janice Helena Chaves. *O funcionamento Discursivo do Item “Onde”*: uma abordagem modular. Tese de Doutorado. FALE/UFMG, Belo Horizonte, 2002.

MARINHO, Janice Helena Chaves. *Uma Abordagem Modular e Interacionista da Organização do Discurso*. Revista da Anpoll 16. São Paulo. jan/jun. 2004, p. 75-100.

MARINHO, Janice Helena Chaves. Um estudo da organização relacional de textos acadêmicos. In: PROENÇA, Gláucia Muniz. (org.). *Língua(gem), Texto, Discurso*: entre a reflexão e a prática. 1 ed. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Lucerna; FALE/UFMG, 2006, v. 1, p. 197-215.

MARINHO, Janice Helena Chaves. A determinação da Unidade Textual Mínima. In: MARINHO, J. H. C.; PIRES, M. S. de O.; VILLELA, A. M. N. *Análise do discurso*: ensaios sobre a complexidade discursiva. Belo Horizonte: CEFET-MG, c2007, p.38-51.

MARINHO, Janice Helena Chaves; PIRES, Maria Sueli de Oliveira; VILLELA, Ana Maria Nápoles (orgs.) *Análise do Discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2007.

MARINHO, Janice Helena Chaves. A organização relacional de textos de gêneros jornalísticos. In: LARA, G. M. P.; MACHADO, I. L.; EMEDIATO, W. (org.). *Análises do Discurso Hoje*. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, v. 2, p. 293-312.

NEVES, Maria Helena de Moura. Os advérbios circunstanciais (de lugar e de tempo). In: ILARI, Rodolfo (org.) *Gramática do Português Falado*. Vol. II. 2a ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1993, p. 263-296.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Mariangela Rios. Categorias cognitivas em debate: a trajetória dos pronomes locativos no português. In: Maria Célia Lima-Hernandes (org.) *Gramaticalização em perspectiva: cognição, textualidade e ensino*. São Paulo: Paulistana, v. 1, 2010.

PERES, João Andrade. Sobre conexões proposicionais do português. In: BRITO, A. M. *et al.* *Sentido que a vida faz: estudos para Oscar Lopes*. Porto: Campo das Letras, 1997, p.775-788.

PEZATTI, Erotilde Pezatti. O advérbio 'então' já se gramaticalizou como conjunção?. DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 17, n. 1, 2001, p. 81-95.

REBOUL, Anne & MOESCHLER, Jacques. Les connecteurs pragmatiques. In: *Pragmatique du discours*. De l'interprétation de l'énoncé à l'interprétation du discours. Paris: Armand Colin, 1998. p. 75-98.

RODRIGUES, Roxane Helena. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH D.(orgs). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 152-183.

ROSSARI, Corinne. *Connecteurs et relations de discours: des liens entre cognition et signification*. Nancy, Presses Universitaires de Nancy, 2000.

ROSSARI, Corinne. Les connecteurs quasi-synonymes. *Connecteurs et relations de discours: des liens entre cognition et signification*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 2000a, p. 111-147.

ROULET, Eddy et al. *L'articulation du discours en français contemporain*. Berne: Peter Lang, 1985.

ROULET, Eddy. Um modelo e um instrumento de análise sobre a organização do discurso. trad. Sueli Pires. In: MARI, H. et al. (org.). *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999, p.139-171.

ROULET Eddy, FILLIETTAZ, Laurent & GROBET, Anne. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Lang, 2001.

ROULET, Eddy. De la linguistique de la langue à l'analyse du discours. In: ROULET E., FILLIETTAZ, L. & GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Lang, 2001, p. 11-26.

ROULET, Eddy. Un modèle et un instrument d'analyse. In: ROULET E., FILLIETTAZ, L. & GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Lang, 2001a, p. 27-52.

ROULET, Eddy. La dimension hiérarchique. In: ROULET E., FILLIETTAZ, L. & GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Lang, 2001b, p. 53-95.

ROULET, Eddy. L'organisation relationnelle. In: ROULET E., FILLIETTAZ, L. & GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Lang, 2001c, p. 165-199.

ROULET, Eddy. Le Modèle Modulaire d'analyse du Discours: Objectifs et Développement. In: MARINHO, J. H. C., PIRES, M. S. O., VILLELA, A. M. N. (orgs.) *Análise do Discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2007, p.19-23.

SOARES, I. C. Teoria Modular: Além das Divisões Teórico-Disciplinárias. In: MARINHO, J. H. C., PIRES, M. S. O., VILLELA, A. M. N. (orgs.) *Análise do Discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2007, p.25-38.

TAVARES, M. A. *A gramaticalização de “e”, “ai”, “daí” e “então”: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. Tese de Doutorado. UFSC, Florianópolis, 2003.

Anexos

Anexo A: *corpus* segmentado em atos

Texto 1

CANTANHÊDE, Eliane. A faca, o queijo e muito mais. *Folha de S. Paulo*. Opinião. 04 set. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0409200904.htm>>. Acesso em 23 jan. 2010

A faca, o queijo e muito mais

(01) Ano eleitoral e fim de crise econômica são uma combinação perfeita para fazer jorrar dinheiro em projetos mui populares. (02) Dinheiro não só do Tesouro (03) mas de toda e qualquer fonte que venha a somar (04) -sobretudo, votos.

(05) Além dos R\$ 100 bi para capitalizar a Petrobras (06) e para explorar o pré-sal e o nacionalismo, principais bandeiras governistas, (07) há muitos outros cifrões programados para 2010. (08) Ninguém segura este país.

(09) Nem as contas.

(10) Para a massa do eleitorado, (11) e excluindo o já bem conhecido Bolsa Família, (12) há os R\$ 7,3 bi do Orçamento para o Minha Casa, Minha Vida e o pacote de R\$ 14,5 bilhões do Banco do Brasil para micro e pequenas empresas. (13) Ou seja, para o sr. João da padaria, ou para a d. Maria da loja de doces, com todos os seus funcionários e clientes.

(14) Isso tudo sem falar em mais um aumento real tanto do salário mínimo como das aposentadorias. (15) Uma bolada estimada em R\$ 8 bi a mais para um e em R\$ 3 bi a mais para os outros em 2010.

(16) Quem pode ser contra? (17) Qual candidato de oposição pode condenar verbas para o pré-sal, para o Bolsa Família, para as micro e pequenas empresas, para a casa própria, para o mínimo, para os aposentados?

(18) A concorrência é desleal (19) e ameaça a alternância de poder. (20) Se a economia mundial cresce (21) e o governo aproveita bem e gasta muito, (22) quem está sentado no cargo faz regras a seu favor (23) e inevitavelmente vai se re-elegendo. (24) *Dai* a onda populista-continuista da América do Sul.

(25) Chávez, Evo Morales e Rafael Correa já mudaram as leis para o terceiro (ou quarto, quinto...) mandato. (26) À direita, digamos assim, agora é a vez de Alvaro Uribe. (27) Como presidentes, (28) eles têm a faca, o queijo e os bilhões da máquina a favor de seus projetos eternizantes.

(29) Ainda bem que, por aqui, e por enquanto, os governantes não podem jogar tudo isso nos seus próprios palanques. (30) No máximo, nos dos seus candidatos. (31) Ou candidatas.

Texto 2

CONY, Carlos Heitor. Lembrança de Darcy. *Folha de S. Paulo*. Opinião. 13 ago. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1308200905.htm>>. Acesso em 23 jan. 2010

Lembrança de Darcy

(01) Psicólogos de diversos tamanhos e feitios garantem que cada um tende a admirar pessoas e coisas diferentes de nós e das nossas. (02) Acho que não é verdade, (03) mas sempre

admirei o finado senador e acadêmico Darcy Ribeiro na sua capacidade de perceber o cheiro das mulheres da Namíbia, lá do outro lado do Atlântico, (04) que o meu amigo Alberto da Costa e Silva chama de rio a separar dois continentes.

(05) Explica-se: (06) Darcy morava em Copacabana, ali pela altura do Posto 5. (07) Acordava (08) e sorvia o ar que vinha do oceano. (09) E jurava que sentia o cheiro das mulheres de lá, (10) o bodum das negras queimadas e suadas pelo rigor do sol africano. (11) Não sei se ele se excitava com tal sorvo, (12) tratava-se de um ilustre antropólogo, que sabia das coisas.

(13) Quando soube disso, (14) tratei eu próprio de aspirar fortemente, (15) o nariz voltado para a África tão distante. (16) Enchi os pulmões, (17) sorvi em largas poções o ar que me circundava, (18) não senti cheiro nenhum, (19) a não ser o de uma elevatória de esgoto.

(20) Bem, além de antropólogo, (21) Darcy era poeta, (22) via (23) e sentia coisas que me são vedadas. (24) Houve aquele santo confessor que era muito popular entre os penitentes. (25) Os fiéis o procuravam para ouvir seus pecados. (26) Outros confessores reclamavam, (27) ficavam às moscas nos confessionários, (28) não davam ibope. (29) Perguntaram ao santo qual era o seu segredo, (30) e ele respondeu modestamente: (31) "Eu sei ouvir".

(32) Acho que o meu problema em relação ao Darcy é que, entre outras qualidades que me faltam, não sei cheirar. (33) Lembro Napoleão, que, ao escolher auxiliares civis ou militares, dizia preferir aqueles que tivessem nariz grande, capazes de maior absorção de cheiros. (34) *Daí* talvez a expressão: "Isso não me cheira bem". (35) Antigo senador, (36) Darcy talvez sentisse que o Senado atual não está cheirando bem.

Texto 3

CANTANHÊDE, Eliane. Turbulência. *Folha de S. Paulo*. Opinião. 11 set. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1109200904.htm>>. Acesso em 23 jan. 2010

Turbulência

(01) Mais uma reviravolta no processo de seleção dos 36 novos caças que a FAB pretende adquirir, a um preço que pode chegar a 4 bilhões de euros: (02) apesar da expectativa de que a comissão técnica não indicasse nenhum vitorioso, (03) é exatamente isso que ela vai fazer.

(04) Segundo o brigadeiro Dirceu Tondolo Noro, um oficial aviador com MBA em projeto pela Fundação Getúlio Vargas, (05) a comissão, que se chama Copac, vai, sim, indicar "o mais pontuado" entre os três finalistas: o Rafale, da francesa Dassault, o F-18, da americana Boeing, e o Gripen, da sueca Saab.

(06) O que isso significa? (07) Que, se a comissão apontar o Rafale como "mais pontuado", (08) será um alívio geral para Jobim, Amorim, Marco Aurélio Garcia e principalmente Lula, que já deram mil indicações de que preferem o francês.

(09) Mas, e se a comissão indicar o F-18 ou o Gripen? (10) Vai ser uma saia justa, com Lula numa situação desconfortável: (11) ou ele escolhe o Rafale assim mesmo (12) e diz, com todas as letras, que a opção é política e prerrogativa dele, (13) ou desiste do projeto original (14) e fica com o indicado.

(15) *Daí*, a confusão continua. (16) No primeiro caso, (17) vai piorar a indisposição dos norte-americanos, que já apresentaram cartas, notas e declarações jurando que aceitam transferir tecnologia e não entendem porque (*sic*) estão sendo preteridos. (18) Vai que resolvam retaliar...

(19) No segundo, (20) se ganhar o F-18 ou o Gripen, (21) já imaginou como os franceses vão ficar? (22) Fecharam submarinos, helicópteros, compras de aviões da Embraer, (23) fizeram tudo direitinho (24) e estavam convencidos -como todo mundo- que é do Rafale e ninguém tasca.

(25) Aliás, mais um dado curioso: (26) o Sukhoi russo foi desclassificado (27) porque... não oferecia transferência de tecnologia. (28) Ou seja: os três que ficaram oferecem. (29) Então, por que o governo insiste em dizer que esse é o grande trunfo só da França?
(30) Ainda tem muito chão, ou muito ar, para esse voo do FX-2.

Texto 4

CONY, Carlos Heitor. A caneta e a bala. *Folha de S. Paulo*. Opinião. 23 ago. 2009. Disponível em:
< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2308200905.htm>>. Acesso em 23 jan. 2010

A caneta e a bala

(01) As sucessivas crises que a classe política atravessa, seja no Legislativo, no Executivo e até mesmo no Judiciário, colocam uma velha questão em debate: (02) o poder, qualquer tipo de poder, é corrupto por natureza? (03) Ou com outras palavras: o poder corrompe?
(04) Já foi dito e reedito que sim, o poder corrompe (05) e, em seu grau absoluto, corrompe absolutamente. (06) *Daí* não se deve nem se pode concluir que o ocupante eventual do poder seja, em si, um corrupto. (07) Pode até ser um anjo imaculado, (08) mas o exercício do poder fatalmente o obrigará a transpor os limites da ética (09) e a violentar muitas vezes a sua própria visão do mundo e de si mesmo.
(10) Foi mais ou menos o que Fernando Gabeira disse há pouco, com outras palavras, (11) reconhecendo honestamente uma falta menor, (12) atribuindo ao ocupante de um cargo público em qualquer esfera a sensação de que tudo lhe é permitido.
(13) Metaforicamente, o poder é uma caneta. (14) Ela assina ou deixa de assinar tudo o que expressa o próprio poder. (15) A alternativa, ainda no plano metafórico, é a bala. (16) Juntas, caneta e bala formam a tirania. (17) Ou seja, o poder em sua forma absoluta.
(18) Acho que ainda estamos na fase da caneta, (19) embora já tenhamos passado pelo regime da bala.

Texto 5

BARBOSA, Dimas Lara. Igreja e Estado laico. *Folha de S. Paulo*. Opinião. 27 dez. 2009. Disponível em:
< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2712200908.htm>>. Acesso em 23 jan. 2010

Igreja e Estado laico

(01) A LAICIDADE do Estado é, com frequência, tema de debates que se travam nas várias instâncias sociais, (02) especialmente quando está em questão a relação do Estado com alguma igreja ou religião.
(03) Vimos isso de maneira muito forte, recentemente, por ocasião da assinatura do acordo entre o Estado brasileiro e a Santa Sé sobre o estatuto jurídico da Igreja Católica no Brasil e sua subsequente homologação pelo Congresso Nacional.
(04) Se, por um lado, houve reflexões respeitadas, com argumentações sólidas e fundamentadas, (05) por outro, não faltaram também textos eivados de revanchismos e ideologias, (06) inadequados para quem propugna por uma sociedade democrática e cidadã.
(07) A CNBB acolheu com serenidade e espírito fraterno todas as manifestações contrárias ao acordo, (08) procurando esclarecer equívocos e interpretações errôneas que surgiam aqui e acolá. (09) À exaustão repetimos o quanto a igreja preza e respeita a verdadeira laicidade do

Estado (10) e que não tem a menor intenção de assumir função que não seja sua ou que contradiga sua natureza.

(11) A separação entre igreja e Estado, conquistada, no Brasil, com a proclamação da República, significou, para ambos, um ganho enorme em termos de autonomia e liberdade de ação.

(12) Nada, hoje, justificaria um retrocesso nesse campo. (13) Isso não quer dizer que ambos não possam dialogar e firmar parcerias que visem o bem comum de toda uma população.

(14) Assusta-nos, contudo, a evocação da laicidade do Estado para uma série de outras iniciativas, (15) beirando a intolerância religiosa ou a negação das igrejas, especialmente a católica, como instituições que também compõem o tecido social.

(16) É sempre oportuno repetir que o Estado é laico, (17) não, porém, a nação.

(18) Aliás, sobram pesquisas que atestam o crescimento, em nosso país, da busca por espiritualidade como uma marca deste terceiro milênio.

(19) Não colocamos aqui, no mesmo nível, uma série de movimentos religiosos que se autodenominam "igrejas". (20) A muitos deles faltam tradição histórica e todo um arcabouço que os configure como igreja.

(21) Lamentavelmente, a rendosa teologia da prosperidade tem sido motivadora da criação de inúmeras "igrejas", (22) permitindo-nos mesmo afirmar a existência de um perigoso mercado da fé. (23) *Daí* ser uma temeridade a Lei Geral das Religiões, que está no Congresso para ser votada, (24) dado que nivela todas as igrejas e religiões, sem distinguir umas das outras.

(25) Defendemos o direito de todas as igrejas e religiões firmarem acordos com o Estado segundo seus estatutos próprios, (26) a exemplo do que já acontece em outros países, como o acordo da Itália com a Assembleia de Deus. (27) Nesse sentido, (28) a Igreja Católica abriu um caminho importante para as outras denominações religiosas.

(29) O Brasil acabou de realizar sua primeira Conferência Nacional de Comunicação. (30) Um marco na história do país (31) e um avanço que não pode parar, (32) se quisermos realmente democratizar a comunicação. (33) A CNBB participou como observadora (34) e testemunhou a lição de democracia dada pela conferência, (35) quando atores tão diversos -o poder público, empresários e movimentos sociais- foram capazes de se sentar e dialogar sobre tema tão complexo e exigente.

(36) Aí também foi evocada, ainda que por uma minoria, a laicidade do Estado (37) para impedir que se outorgassem concessões de rádio e TV às igrejas.

(38) Uma contradição ao que se propunha a conferência, (39) que era dar a todos o direito e o acesso à comunicação. (40) Que o uso das concessões não sirva a qualquer tipo de proselitismo, seja religioso, seja político, (41) nada a contestar.

(42) É exatamente esse respeito da igreja pelo Estado laico que lhe permite tomar posição em relação a questões que atingem diretamente a cidadania e a dignidade da pessoa humana, (43) assumindo sua defesa de maneira incondicional. (44) Cite-se, por exemplo, o empenho da CNBB na Campanha Ficha Limpa, que arrecadou mais de 1,5 milhão de assinaturas de eleitores para a aprovação, pelo Congresso Nacional, de um novo projeto de lei de iniciativa popular, (45) visando bloquear o caminho dos que, deliberadamente, fizeram da política um escudo que os proteja e esconda os crimes graves de que são autores. (46) A ética não pode ser vencida pela esperteza dos inescrupulosos e corruptos.

(47) O próximo ano se reveste de grande importância para o país, (48) considerando que será um ano eleitoral. (49) A CNBB não se omitirá no seu papel de colaborar para a formação de uma consciência crítica dos cidadãos (50) a fim de que sejam os protagonistas na solidificação de nossa democracia.

Texto 6

CASTRO, Ruy. É tudo Brasil. *Folha de S. Paulo*. Opinião. 05 set. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0509200905.htm>>. Acesso em 23 jan. 2010

É tudo Brasil

(1) Vanusa, a musa do iê-iê-iê, anda sendo massacrada (2) por ter cantado em público o hino nacional errando tudo: melodia, harmonia, ritmo e letra. (3) O fato, já velho de meses, se deu numa cerimônia da Assembleia Legislativa de São Paulo. (4) Mas só agora, via YouTube, o país, pasmo, o está assistindo.

(5) Na semana passada, (6) Sasha, 11 anos, filha de Xuxa, também foi para o castigo (7) por escrever no Twitter uma mensagem dizendo que estava filmando e ia fazer "uma sena com a cobra"- (8) ela queria dizer "cena". (9) E, há poucos dias, a apresentadora (e bióloga em disponibilidade) Ana Maria Braga, (10) ao cometer uma receita de bolo em seu programa de TV, (11) louvou a castanha-do-pará como uma delícia da "fauna brasileira".

(12) Seria fácil listar essas ratas produzidas por três (perdão, ouvintes) ícones da cultura (13) e vergastar a indigência mental em que vive o Brasil. (14) Ou acreditar nas justificativas oferecidas para dois dos casos. (15) Segundo seu agente, (16) Vanusa teria se atrapalhado com a música (17) por estar sob o efeito de um remédio para labirintite. (18) E, segundo Xuxa, (19) Sasha não sabe escrever direito em português (20) porque foi alfabetizada em inglês.

(21) Pois ousou pensar diferente. (22) Vanusa, farta de ouvir o hino nacional tocado compulsoriamente antes de cada competição esportiva em São Paulo, queria apenas fugir da patriotada e da cafonice. (23) *Daí* tentou emprestar ao hino um caráter quase jazzístico, (24) quebrando o ritmo, (25) embaralhando a letra (26) e alterando a melodia. (27) E, quando ia partir para o "scat", (28) foi cortada sem piedade pelo locutor do evento.

(29) Quanto à menina Sasha, (30) seu erro foi insignificante para alguém que, admitido pela própria mãe, é analfabeta em sua língua. (31) E, interpretando um possível raciocínio de Ana Maria Braga, (32) e daí se a castanha-do-pará vem da flora ou da fauna? (33) "É tudo Brasil, não?". (34) Sim. (35) É tudo Brasil.

Anexo B: estrutura hierárquica e estruturas hierárquico-relacionais

Figura 1: estrutura hierárquica do texto 6

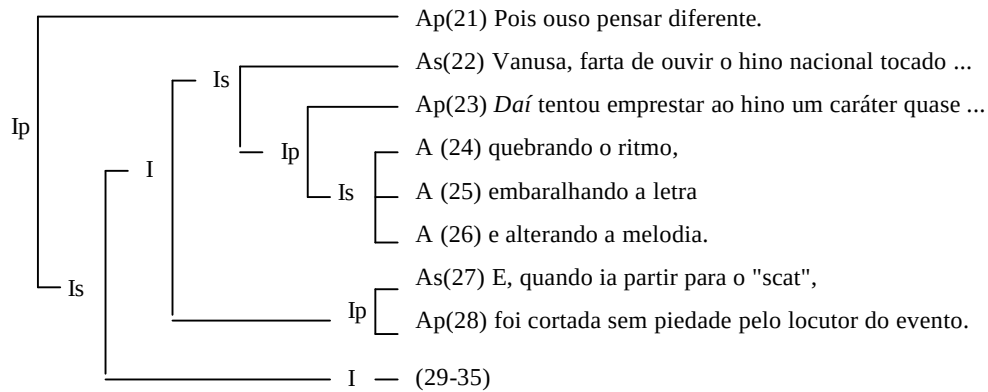
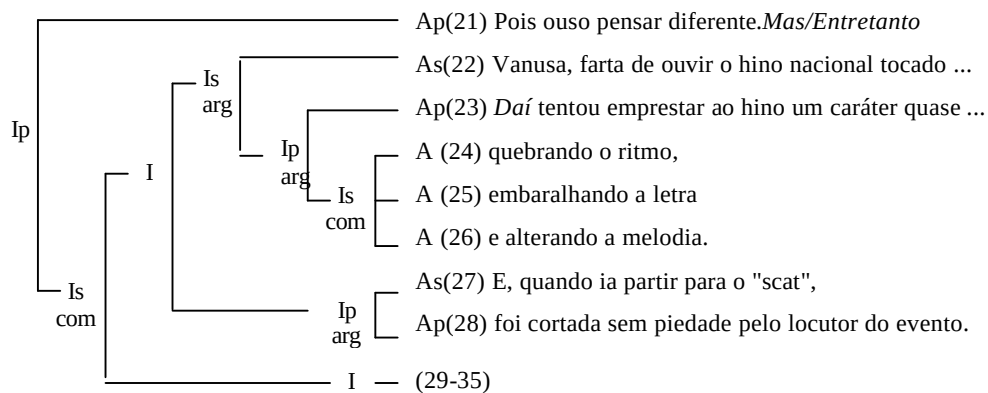


Figura 2: texto 6



Figuras 3: texto 1

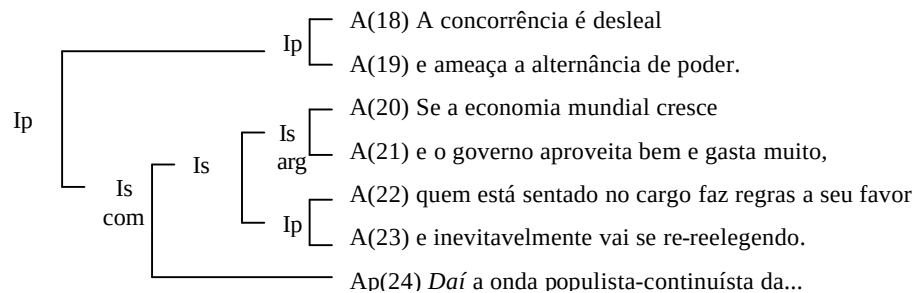


Figura 4: texto 2

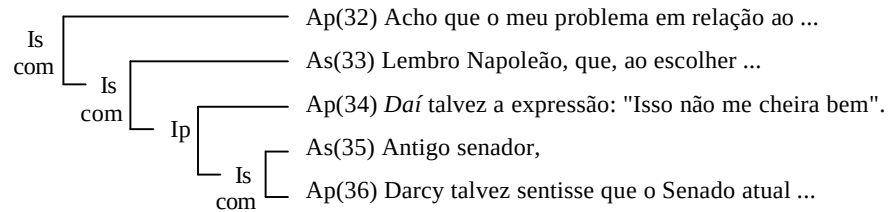


Figura 5: texto 3

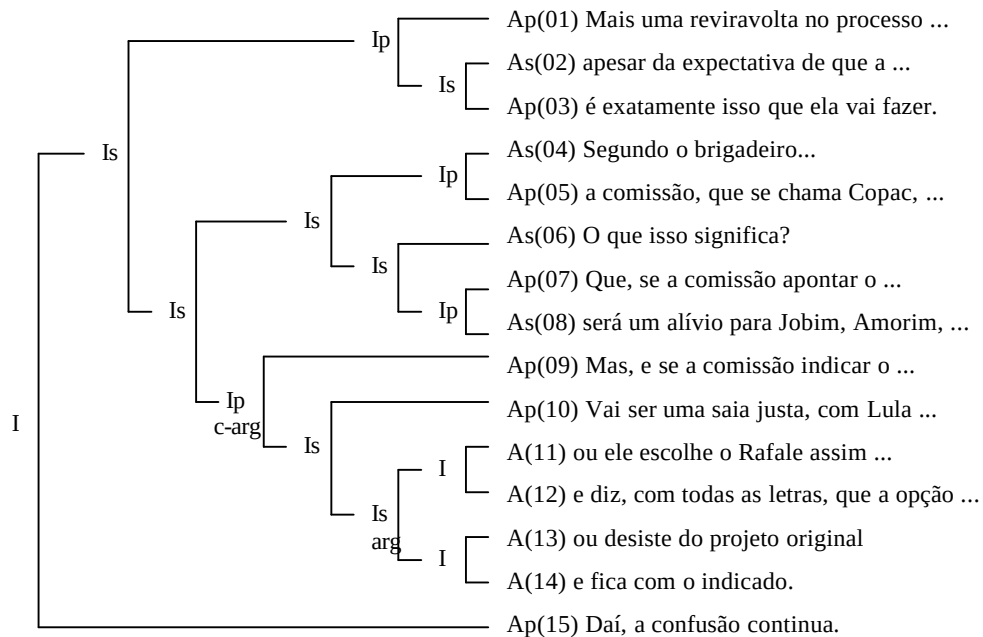


Figura 6: texto 4

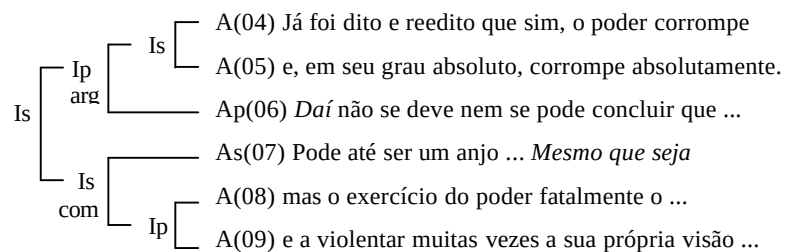


Figura 7: texto 5

